

MARCOS FERNANDES

**LITERATURA E HISTÓRIA NO CONTEXTO RELIGIOSO D' *OS*
SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA**

**Três Lagoas
2009**

MARCOS FERNANDES

**LITERATURA E HISTÓRIA NO CONTEXTO RELIGIOSO D' OS
SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas / Mestrado em Letras – Área de Concentração: Estudos Literários – como exigência final para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos.

**Três Lagoas
2009**

MARCOS FERNANDES

**LITERATURA E HISTÓRIA NO CONTEXTO RELIGIOSO D' *OS SERTÕES*, DE
EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul – *Campus* de Três Lagoas – área
de Concentração: Estudos Literários – como exigência
para a obtenção do título de Mestre em Letras.

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos (UFMS)

2º Examinador: Prof. Dr. Wagner Corsino Enedino (UFMS)

3º Examinador: Prof. Drª. Alexandra Santos Pinheiro (UFGD)

Três Lagoas, ____ de _____ de 2009.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Sérgio Nolasco dos Santos, pela paciência e dedicação.

Ao Professor Doutor Edgar Cezar Nolasco, pela compreensão que me dispensou no ano de 2006 durante as aulas como aluno especial.

A Professora Doutora Norma Marinovich Doro, pela amizade e atenção.

Aos Professores com os quais trabalhamos durante a fase de cumprimento dos créditos nas disciplinas do Programa de Mestrado em Letras do CPTL, aos quais devo muito.

Aos professores Wagner Corsino Enedino e Vânia Maria Lescano Guerra pelas valiosas sugestões e orientações.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo principal o estudo d' *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Trata-se de uma obra fundamental e de reconhecida fortuna crítica para a literatura brasileira, uma vez que *Os sertões* tem, entre os seus méritos, o atributo de antecipar um paradigma caro à nova historiografia, que será traduzido, depois, pela *École des Annales* e também, como veremos, pelos historiadores contemporâneos. Sob esta perspectiva, este trabalho volta-se basicamente para as relações entre a vida e a obra de Euclides da Cunha, objetivando sobretudo estudar o universo, o contexto histórico da obra e o fundo místico-religioso que se tornou um dos elementos conteudísticos mais celebrados em torno dela, o que torna o caráter religioso e o estudo da religiosidade sertaneja, elaborada por Euclides da Cunha, o ponto central deste trabalho. Com base em conhecimentos históricos, resultado de nossa formação, e em contribuições oriundas principalmente dos Estudos Culturais contemporâneos, este trabalho procura valorizar o aspecto da “religiosidade” como mola propulsora da narrativa “histórica” d' *Os sertões*.

Palavras-chave: religiosidade; literatura brasileira; Euclides da Cunha; *Os sertões*

RESUMEN

Esta disertación tiene por objetivo principal el estudio "d' Os sertões" (1902), de Euclides da Cunha. Trátase de una obra fundamental y de reconocida fortuna crítica para la literatura brasileña, una vez que "Os sertões" tiene entre los suyos méritos, el atributo de anticipar un paradigma caro a la nueva historiografía, que será traducido, después por la "Ecole de Annales" y también como veremos por los historiógrafos contemporáneos. So esta perspectiva, este trabajo vuelve esencial para las relaciones entre la vida y la obra de Euclides da Cunha, con el objeto de sobretodo estudiar el universo, el entorno histórico de la obra y el hondo místico-religioso que tornarse un de los elementos teudístico de más celebración alrededor de ella. Con base en conocimientos históricos, resultado de nuestra formación, y contribuir con oriundas principal de los Estudios Culturales Contemporáneos, este trabajo busca valorar el aspecto da religiosidade como resorte propulsor de la narrativa "histórica" d' Os sertões.

Palabras-claves: religiosidade; literatura brasileña; Euclides da Cunha; Os sertões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
-------------------------	----

CAPÍTULO I

EUCLIDES: O HOMEM; A OBRA; O TEMPO E O LUGAR	14
-----------------------------------------------------------	----

1.1 Euclides: o homem.....	15
----------------------------	----

1.2 A obra.....	16
-----------------	----

1.3 Fronteiras.....	22
---------------------	----

1.4 O sertão.....	26
-------------------	----

1.5 O tempo e o lugar.....	35
----------------------------	----

CAPÍTULO II

O “GNÓSTICO BRONCO”; A RELIGIÃO SERTANEJA	38
--------------------------------------------------------	----

2.1 O “Gnóstico” bronco.....	39
------------------------------	----

2.2 A religião sertaneja.....	54
-------------------------------	----

CAPÍTULO III

DIÁLOGO COM A CRÍTICA RELIGIOSA DE <i>OS SERTÕES</i>	61
-------------------------------------------------------------------	----

3.1 Justificando o diálogo com a crítica.....	62
-----------------------------------------------	----

3.2 <i>Os sertões</i> e as prédicas.....	63
------------------------------------------	----

3.3 Um “salvador” em <i>Os sertões</i>	67
----------------------------------------------	----

3.4 Sebastianismo.....	70
------------------------	----

3.5. Antônio Conselheiro e Canudos.....	72
-----------------------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
-----------------------------------	----

APÊNDICE	81
-----------------------	----

REFERÊNCIAS	91
--------------------------	----

INTRODUÇÃO

[...] Il s'irrite contre lês demi-vérités qui sont dês demi-faussetés, contre les auteurs qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les moeurs, qui gardent Le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l'âme: il veut sentir em barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien (TAINÉ, apud CUNHA, s.d., p. 08).¹

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, retardando a sua publicação em virtude de causas que teve por escusado apontar; dando-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu, como é ressaltado pelo autor na “Nota preliminar” da obra.

Assim, ao constatar a importância de abordar cuidadosamente *Os sertões*, esta dissertação, intitulada “Literatura e história no contexto religioso d’ *Os sertões* de Euclides da Cunha”, tem como objetivo maior abordar o romancista Euclides da Cunha e sua obra, particularmente *Os sertões*.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, órfão muito pequeno, foi educado por tios, vivendo parte de sua infância na Bahia. Em 1885, presta exame de admissão na Escola Politécnica, mas, sem recursos, matricula-se na Escola Militar, que na época passava por uma fase de ardente positivismo republicano. No entanto, ainda cadete, é expulso da Academia devido a um ato de “apaixonada” adesão ao positivismo republicano. Segue para São Paulo em 1889, onde publica em *O Estado de S. Paulo* uma série de artigos oposicionistas. Proclamada a República, reintegra-se ao Exército e passa a alferes-aluno, formando-se em Engenharia Militar e bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Já em 1896, afasta-se, desiludido, do Exército e passa a trabalhar em São Paulo como Superintendente de Obras. Em 1897, colabora novamente para *O Estado*, produzindo um

¹ [...] Se irrita contra as meias verdades, as quais são meias-falsidades contra os autores que não alteram nenhuma data, nenhuma genealogia, mas distorcem os sentimentos e as maneiras, que mantêm o desenho dos eventos mudando a cor, que copiam os fatos e desfiguram a alma: quer sentir-se em barbárie, entre os bárbaros e entre os anciãos na antiguidade (TAINÉ, apud CUNHA, s.d., p. 08).

artigo sobre Anchieta e comentários sobre os fatos de Canudos. Júlio de Mesquita o convida a embarcar para a Bahia como correspondente de guerra, para acompanhar as operações que o Exército executaria na região a fim de destruir o “foco revolucionário”. Assim, permanece por lá de agosto a outubro de 1897, e, ao retornar, se põe a escrever sua obra capital, *Os sertões*, publicando-a em novembro de 1902, pela qual se tornará imortal para as letras brasileiras. Após essa publicação, é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 1903.

O primeiro capítulo deste trabalho, denominado “Euclides: o homem; a obra; o tempo; o lugar”, discutirá – como ilustra o título – sobre o homem/intelectual Euclides da Cunha, ou seja, terá relevância a posição central do intelectual Euclides da Cunha em relação à obra. Após análise da figura do autor, questões como tempo e lugar terão destaque, como os acontecimentos desse período histórico e as características da região sertaneja.

De acordo com Sartre (1994), todo “técnico” do saber é potencialmente intelectual, já que é definido por uma contradição que nada mais é que o combate permanente entre sua técnica universalista e a ideologia dominante. Porém, segundo esse autor, para se tornar intelectual de fato, dependerá se a história pessoal do escritor terá ou não conseguido desfazer nele a tensão que o caracteriza, se o conjunto dos fatores que realiza a transformação é de ordem social. O intelectual é o homem que toma consciência da oposição – nele e na sociedade – entre a pesquisa da verdade prática (com as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais):

Essa tomada de consciência – ainda que, *para ser real*, deva se fazer, no intelectual, *desde o início*, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia (SARTRE, 1994, p. 30-31).

Segundo Gramsci (1968, p. 07), “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”; o teórico chama a atenção para o fato de que, quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na verdade, à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. O autor afirma que, se é possível falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, isso porque não existem não-intelectuais e sim graus diversos de atividade específica, intelectual, pois:

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1968, p. 07-08).

É de grande importância o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude filosófica ou opinião para (e também por) um público. Segundo Edward Said (2005), o que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.

Torna-se oportuno mencionar o que Beatriz Sarlo (2005) destaca sobre o discurso do intelectual, que deve ser significativo para a sociedade e, especialmente, para os setores populares. O discurso dos intelectuais deve representar o povo, o proletário, o país ou até mesmo o partido, propondo articulações gerais com o que era considerado como o grande problema do momento. Assim, o intelectual deve deslocar-se das questões parciais e específicas para as perspectivas globais: instalar-se, conseqüentemente, na esfera pública e ali construir sua interlocução.

Como expõem José Rivair Macedo e Mário Maestri (2004), devido às excepcionais qualidades literárias e por apresentar uma explicação dos fatos plausíveis às elites da época, a obra de Euclides da Cunha exerceu uma “influência desmedida na concepção dos acontecimentos, constituindo uma espécie de ‘camisa de força’ na interpretação da situação histórica e das condições do conflito” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 153). Sabe-se que a visão que a obra em questão proporciona – mesmo que impregnada pelos preconceitos da época – fornece elementos de grande relevância para a percepção “oficial” dos acontecimentos históricos envolvendo os conselheiros e a República.

No segundo capítulo, intitulado “O ‘gnóstico bronco’: a religião sertaneja”, realizar-se-á um estudo mais detalhado sobre a religião sertaneja, na província de Belo Monte, que é o povoado de Canudos. À medida que a narrativa progride, aproximando o foco narrativo dos acontecimentos no arraial de Canudos, o narrador/autor exercita um olhar em profundidade, que abstrai das diferenças visíveis na superfície geográfico-cultural, revelando, assim, semelhanças subjacentes entre o litoral e o interior. Nesse momento, a ironia do autor torna-se mais cortante, e para ilustrar é relevante citar uma passagem da obra:

Mas a luta sertaneja começara, naquela noite, a tomar a feição misteriosa que conservaria até o fim. Na maioria, mestiços, feitos da mesma massa dos

matutos, os soldados, abatidos pelo contragolpe de inexplicável revés, em que baqueara o chefe reputado invencível, ficaram sob a sugestão empolgante do maravilhoso, invadidos de terror sobrenatural, que extravagantes comentários agravavam. O jagunço, brutal e entroncado, diluía-se em duende intangível (CUNHA, s.d., p. 310).

Assim, tirando poucos personagens heróicos de um e de outro lado, todos os demais são apresentados como sendo representantes, ou estarem muito próximos, da barbárie. Berthold Zilly (2002), em seu ensaio intitulado “Uma crítica precoce à ‘globalização’ e uma epopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha”, cem anos depois, lembra que, é especialmente na hora da morte que o sertanejo – considerado um condenado pela ciência racista do seu tempo – se transforma em possível “agente político” e fazedor de sua própria história. Mas, vale lembrar que o sertanejo é tragicamente sacrificado, de modo que, na realidade, não pode dar sua contribuição para a construção de um moderno Estado verdadeiramente nacional, permanecendo sua valorização mais claramente nos níveis simbólico e estético.

Já no terceiro e último capítulo, intitulado “Dialogo com a crítica de *Os sertões*”, será realizado um levantamento sobre o que a crítica literária diz sobre esse escritor e sua obra, dando enfoque ao aspecto religioso. Sabe-se que, o que “atravessa” o texto literário atualmente é o desejo ficcional do crítico. Sendo assim:

A crítica biográfica, por sua natureza compósita, englobando a relação complexa entre obra e autor, possibilita a interpretação da literatura além de seus limites intrínsecos e exclusivos, por meio da construção de pontes metafóricas entre o fato e a ficção (SOUZA, 2002, p. 111).

Segundo José Maria de Oliveira Silva (1981), sob uma perspectiva diferente em relação ao papel social da religião, Alexandre Otten mostra que a Cristologia de Conselheiro – apesar de incorporar elementos da *Missão Abreviada*, como a idéia de expiação dos pecados ante um *Deus irado e temível* e, por extensão, uma visão conservadora de aceitação dos sofrimentos terrenos – é significativamente distinta das posturas daquele breviário. O aproveitamento de passagens da Bíblia e a exaltação do amor de Deus-Pai com relação ao pecador, nas *Prédicas* – textos manuscritos do próprio Antonio Conselheiro – dão-lhe outra visão sobre a imitação de Cristo. Segundo Otten, Antônio Conselheiro deixa de lado a “espiritualidade intimista”, indo para uma atuação evangélica autêntica de transformação da ordem social e criação de uma “Igreja santa, convertida e pura, pronta a acolher a vinda do Senhor” (OTTEN, *apud* SILVA, 1981, p. 271).

Portanto, como ressalta Nísia Trindade Lima (2002), *Os sertões* é um livro-monumento, considerado por tantos autores um marco inicial na constituição de um argumento sociológico sobre o Brasil. É analisado a partir de dicotomias clássicas do pensamento ocidental, especialmente civilização e barbárie, tradição e modernidade. Pois bem, o ideólogo republicano e cientificista Euclides da Cunha, repleto de preconceitos racistas, cedeu lugar cada vez mais, no decorrer das descrições e narrações do seu livro, ao observador direto e empático, ao “narrador sincero”, que representa a realidade social e histórica por meio de um “consórcio da ciência e da arte”.

Pelas razões expostas, queremos justificar a inclusão de um apêndice ao corpo desta dissertação, não só pela necessidade de ilustração do universo da obra em estudo, mas também, para pontuar passagens-chave que foram selecionadas em nossas várias leituras e cotejamento da obra.

Ainda, à guisa de justificativa, este trabalho, sob certa perspectiva, propõe-se à verificação de seu objeto a partir de um lugar “intervalar”, onde história e literatura/linguagem ganham lugar nuclear nesta reflexão. Para esta formulação, constitui orientação o capítulo “Narrativa e História”, de José Luiz Jobim (2002), particularmente as observações do autor no subcapítulo *O texto histórico: Um artefato literário?*. Também Willi Bolle (1999, p.255), especialmente, por ressaltar que *Os sertões* representa o paradigma da nova historiografia, antecipando a proposta metodológica da *École des Annales*, à medida que concebe o espaço como protagonista da História.

Cumpramos ressaltar que:

As linhas gerais de *Os sertões*, isto é, sua divisão em três partes – A terra; O homem; A luta – foram esboçadas logo após a volta de Canudos. Em julho de 1898, comentando para *O Estado de S. Paulo* o livro *O Brasil mental*, do português Jose Pereira de Sampaio Bruno, Euclides observou que um tema tão amplo “exigia a preliminar definição de nossa psicologia em função do meio e dos componentes étnicos, assim como dos traços mais vivos da nossa formação histórica”. Estava, evidentemente, pensando em seu próprio livro, estruturado com base no determinismo de Taine e Buckle. Raça, meio e momento, eis os instrumentos que julgou ideais para investigar as causas profundas da guerra de Canudos. Ou seja, Euclides procurou dar uma base científica ao seu esquema explicativo, socorrendo-se ainda nas teorias evolucionistas de Spencer e no darwinismo racial. (FARIA, 1998, p.23).

Nesse contexto, cabe observar, ainda, que nossa própria área de formação e atuação profissional provém do campo da História. E que a obra euclidiana foi objeto de constante interesse em nosso percurso acadêmico.

Assim, a tarefa da reflexão e de análise, num contexto de pós-disciplinaridade, procura operar no fortalecimento e constituição do discurso crítico brasileiro, ao lado da importância desse discurso para a legitimação do avanço da crítica cultural em ritmo latino, como chama atenção Eneida de Souza (2005) ao abordar o campo das “teorias sem disciplina”. Com efeito, no espaço da crítica literária e cultural cresce em importância a abordagem que teóricos e professores universitários, sobretudo da área de Literatura Comparada e dos Estudos Culturais, realizam a partir da “[...] abertura de questões disciplinares envolvendo a literatura comparada e os estudos culturais, a gradativa transformação de um sistema disciplinar para o pós-disciplinar, no qual é possível conviver com a diluição dos campos de saber.” (SOUZA, 2005, p.242).

CAPÍTULO I

EUCLIDES: O HOMEM; A OBRA; O TEMPO E O LUGAR

Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é infelizmente de ataque.

Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará (CUNHA, s.d, p. 481).

1.1 Euclides: o homem

É necessário, antes de adentrar no assunto principal deste trabalho, esboçar algumas informações sobre a formação intelectual e profissional do autor de *Os sertões*, visto que tal esboço ajudará na compreensão dos questionamentos a respeito da isenção e da parcialidade ou imparcialidade de Euclides da Cunha.

Como intelectual, o autor era um representante da cultura oficial e morador do espaço litorâneo (local que segundo ele era o foco do desenvolvimento intelectual e cultural do Brasil). Sua formação foi embasada nos modelos da cultura européia; pois que a Europa era o local de onde o Brasil, na época, buscava suas referências intelectuais. Como republicano, esse intelectual defendia o novo regime, considerando-o um fator positivo para o progresso e civilização da nação brasileira. Como militar, tinha se afastado da ativa (porém continuava como militar reformado), devido a algumas divergências de posições em relação aos rumos e métodos militaristas.

A posição de Euclides da Cunha como Tenente Reformado, funcionário do Jornal *O Estado de S. Paulo* e Adido do Exército, faz surgir em nossas mentes questionamentos a respeito da isenção e imparcialidade profissional e ideológica em relação aos seus escritos sobre Canudos (reportagens e o livro *Os sertões*).

Segue, abaixo, um trecho do telegrama em que Julio de Mesquita, proprietário e Redator do Jornal *O Estado de S. Paulo*, justifica seu pedido de autorização ao Presidente da República para que Euclides fosse a Canudos: “[...] Tem talento de escritor quanto dedicação de soldado republicano. Quer prestar serviços a República e preparar elementos para um trabalho histórico [...]” (CUNHA, 2000, p.13). Tal telegrama traz ainda a seguinte anotação: “Atendido e respondido. Rio, 29 de julho de 1897” (CUNHA, 2000, p. 13).

Outro ponto merecedor de destaque e que poderia levar-nos a acreditar em uma possível falta de isenção profissional no trabalho de Euclides é o contrato que ele firmou com o jornal. Para ilustrar, segue a transcrição:

Por contrato firmado com esta empresa, o dr. Euclides da Cunha (sic) nos enviará correspondências do teatro de operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antonio Conselheiros. Este trabalho será por nós publicado em volume” [...] O seu trabalho por conseguinte, será interessante e constituirá um valioso documento para a história nacional”. (CUNHA, 2000, p. 14).

Assim, em relação à isenção, levar-se-á em consideração, também a formação acadêmica do autor com base no Darwinismo em geral, no Darwinismo Social e no Positivismo, como era costume na época. Como observa Faria (1998, p.21):

Como a maioria dos jovens da sua geração, oriundos da classe média rural ou urbana, Euclides sofreu o impacto do que Silvio Romero definiu certa vez como “um bando de idéias novas”, para se ferir às teorias científicas, ao positivismo, ao anticlericalismo, ao abolicionismo, ao liberalismo, ao naturalismo literário, às novas maneiras de ver e interpretar o mundo, enfim, que seduziram a nossa mocidade ilustrada nos decênios de 1870 e 1880.

1.2 A obra

Ao mesmo tempo em que é válido lançar um olhar de “desconfiança” sobre o trabalho do jornalista e pretense historiador, é importante também recordar que *Os sertões*, apesar de ser escrito com base em anotações e artigos produzidos por Euclides da Cunha, foi editado, aproximadamente, cinco anos após os fatos acontecidos, tempo suficiente, talvez, para que o autor se libertasse das amarras profissionais e militares da época do conflito.

Foi uma verdadeira guerra de extermínio criticada em *Os sertões*, cuja publicação ocorreu em 1902, cinco anos após o massacre. Diversos jornais enviaram repórteres e fotógrafos para cobrir a guerra. O conflito, em Canudos, terminou com baixas de 5 mil soldados e o massacre de aproximadamente 25 mil habitantes. Canudos era a segunda maior cidade da Bahia.

É oportuno lembrar que geralmente se atribui a destruição de Canudos à necessidade de combater o antirepublicanismo de Antonio Conselheiro. Mas, na verdade, o que se combatia era a ameaça que Conselheiro e seus seguidores representavam para a Igreja Católica e para os proprietários de terras das regiões próximas a Canudos. A Igreja se sentia ameaçada pela atuação dos beatos e pregadores, que com seus discursos e pregações, conseguiam agregar em torno de si, muitos seguidores que acabavam por abandonar os cultos, realizados pelos padres legalmente constituídos pela Igreja. Os proprietários de terras sentiam-se ameaçados pela escassez de mão-de-obra, pois os seguidores de Conselheiro deixavam de ir trabalhar nas propriedades privadas para viverem na comunidade que eles criaram, colocando em desequilíbrio a economia e a política da região.

Nota-se que o olhar de Euclides da Cunha sobre o sertão guarda características muito particulares. Podemos dividir essas particularidades em dois conjuntos: primeiro, o autor não nasceu na região; segundo, sua profissão de engenheiro, cientista e sua formação militar

deixam traços quase inconfundíveis em seu texto, tais marcas são caracterizadas pela abundância de uma terminologia técnica. O uso recorrente de uma nomenclatura técnica pode também ser explicada pela exigência de objetividade e pela necessidade de neutralidade científica.

Evidencia-se numa análise intrínseca de *Os sertões* que existe uma insistência do autor na preservação de uma linguagem preconceituosa e moldada nos padrões de seus conhecimentos de origem européia. O uso de tal linguagem se dá mais exatamente no momento da abordagem da sociedade sertaneja. Tal insistência transforma em problema a construção da identidade nacional por parte de autor.

Com isso surge da oscilação entre a identificação com uma linguagem e uma metodologia marcadamente de origem européia e que era aplicada genericamente para estudos de quase todos os grupos étnicos do planeta, e a necessidade em estabelecer, por meio de afirmações e negações, as estruturas de um campo ideológico, cultural, científico e linguístico próprios.

As observações realizadas até aqui podem explicar, em parte, o nível de linguagem, marcada por um uso quase exagerado de palavras incomuns, e de difícil compreensão. Esse vocabulário difícil e incomum fornece ao texto uma característica hermética, já que é compreendido por poucos, ou melhor, compreendido quase que exclusivamente pela minoria que se propõe pacientemente a estudá-lo. Não podemos esquecer que Euclides da Cunha cultivou seus ensinamentos nos férteis solos da razão e da ciência de seu século, que foi, também, o século de Marx, Comte, Darwin e de muitos outros pensadores. O autor de *Os sertões* deixa claro em seu texto, em especial na “Nota Preliminar” que abre o livro, que sua intenção era a de explicar a realidade de nosso país por meio do estudo do sertanejo.

A guerra de Canudos serviu também de pretexto para que se aumentasse, em nível nacional, a repressão aos grupos monarquistas. Massacrar Canudos seria um bom exemplo para extinguir qualquer pensamento e movimento antirepublicano. É pertinente lembrar que Cunha fez sua interpretação do conflito de Canudos apenas a partir de fontes orais.

Interessante observar que o autor, carregado de enorme preconceito racial, fruto de sua formação intelectual e profissional, que com o tempo cedeu lugar – ao menos na narração de *Os sertões* – a um observador e escritor que consegue mesclar ciência e arte, despiu-se em muitos momentos dos preconceitos presentes em sua formação. Em muitos momentos o autor cria com maestria cenas literárias, em que se desenrolam a vida dos sertanejos, em especial a de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, conseguindo assim, usar os recursos da ficção literária para criar uma representação do espaço histórico onde se desenvolve a guerra.

Essa visão foi compartilhada por outros estudiosos da Sociologia e da Antropologia brasileira. A visão do exército (e Euclides foi para Canudos como integrante deste) era a mesma de qualquer representante do sistema colonialista e tinha intenção de massacrar o povo Canudense, alegando a missão de salvar a República e de assegurar o triunfo da civilização sobre os denominados “bárbaros”. Euclides da Cunha, a princípio, utilizou em seu discurso esses termos, que justificavam as ações do governo.

Mas, se em alguns momentos Cunha parece defender ferrenhamente as idéias republicanas e as ações do Exército, em outros, posteriores, parece compreender melhor os motivos que levaram os sertanejos à luta, não que ele pareça concordar com a luta, mas demonstra certa compreensão, condenando as ações do Exército e a guerra como um todo.

Cunha participou, de agosto a outubro de 1897, da quarta e última expedição a Canudos, um curto período como se pode notar, tendo a oportunidade de presenciar uma cidade semi-destruída pelos combates, com seus habitantes privados de água e comida, devido ao cerco realizado. Suas observações acabaram sendo prejudicadas por tais condições, e, também, por sua formação científica, de base positivista e evolucionista, com os preconceitos raciais próprios da época, já que tais preconceitos traziam a crença na inferioridade dos “não-brancos”. No entanto, mais tarde, em *Os sertões*, o autor parece se redimir e acaba por exaltar, em certos pontos, as características positivas do sertanejo: “O sertanejo é antes de tudo um forte [...]” (CUNHA, s.d., p. 92).

Euclides da Cunha critica também a campanha militar, considerando-a um crime. E como um ato de retratação, menciona fatos sobre os quais antes permanecera em silêncio, como, por exemplo, a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças. Se em um momento, o autor criou em *Os sertões* uma imagem de Canudos como sendo uma cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições, em outro conseguiu construir um modelo por meio do qual pudesse explicar as relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica; assim, tem-se aqui o jogo da dualidade e das antíteses.

Ainda que tivesse a intenção de narrar a história com imparcialidade, Cunha acabou construindo uma visão negativa de Canudos, chamando-a de cidade dos erros, dominada pela desordem e pelo crime. O povoado era, para ele, um ajuntamento caótico e repugnante de casas, onde haveria o amor livre e o coletivismo dos bens.

Aparentemente, o autor de *Os sertões* conseguiu adotar um modo historiográfico um tanto quanto singular, ao dar uma forma poética ao conflito, criando uma obra híbrida entre a narrativa e o ensaio, entre a Literatura e a História. E ainda conseguiu lançar um olhar irônico

sobre suas próprias crenças, para compreender o horror da guerra e inserir os fatos em um enredo capaz de ultrapassar a sua significação particular. A gloriosa República brasileira, que ele tanto defendera na juventude, adquiriu caráter de tragédia na violenta ação militar que testemunhou em Canudos.

Como foi exposto, Euclides da Cunha era um defensor da República. Desse modo, dizia que esta era a concretização de um ideal resultante do progresso da civilização, e com base nisso rechaçava as argumentações dos sertanejos a respeito dos malefícios desta forma de governo. Desvalorizava tanto os argumentos dos sertanejos, que nem sequer os consideravam válidos para debate ou reflexão política. O escritor afirma, então, que tais argumentos são indícios de um pensamento retrógrado, próprio de uma etapa cultural e intelectual atrasada da civilização, e na qual se encontrariam os sertanejos.

Então, tem-se a percepção que Euclides cria um paradoxo ao fazer a constatação e a avaliação negativa do ideal do povo de Canudos, já que o que é negativo em sua técnica argumentativa se torna um elemento favorável a Canudos no julgamento político da intervenção militar.

Ao final da leitura de *Os sertões*, é fixada em nossa consciência a idéia de que os canudenses não representavam uma ameaça real à instituição republicana, pois não constituíam um movimento político organizado, a ponto de tentar restaurar objetivamente a Monarquia. Desse modo, o autor tem como objetivo mostrar que as idéias contrárias à República, difundidas pelos sertanejos de Canudos, sob a liderança de Conselheiro, eram frutos do atraso civilizatório e do estado de ignorância em que se encontrava aquela população.

Para o autor, a luta contra a revolta dos canudenses, fruto da ignorância e do atraso civilizatório, deveria ser feita, não por meio das armas de fogo e outras, mas por meio da educação, do letramento e da introdução dos sertanejos no progresso. A constatação desses pensamentos demonstra uma autocrítica, indicando, também, uma revisão de idéias anteriores. É a partir do início dessa autocrítica e revisão, que o autor começou a interpretar a intervenção militar como um erro histórico, como um crime do Estado contra os próprios brasileiros, lembrando que o livro em questão, oferece-se como uma denúncia.

A análise da Guerra se deu à luz das teorias científicas da época. Dessa maneira, o seu discurso foi construído num jogo retórico de antíteses, em que as imagens positivas e negativas se justapõem e se entrecrocavam como características dos seus impasses ideológicos e metodológicos, diante das imposições do rigor científico da abordagem e, ao mesmo tempo, diante da necessidade de formular uma denúncia eficaz.

Devemos nos recordar que, quando Euclides da Cunha decidiu utilizar Canudos como tema de seu livro, situando-o no debate aberto por ocasião da intervenção militar no arraial sertanejo, ele o fez na condição de intelectual de formação militar e como partidário do regime republicano recém-implantado.

Foi somente cinco anos após o final do conflito que *Os sertões* foi publicado e registrou em alguns momentos, de maneira metódica – e de acordo com os rigores da ciência histórica e em outros momentos, de maneira livre e solta, com a liberdade permitida pela poesia e pela literatura – os eventos de Canudos.

Ao mesmo tempo em que, condicionado pela sua estrutura conceitual, linha mestra do seu pensamento intelectual, e ainda tocado pela consciência adquirida ao presenciar a Guerra e por conhecer a realidade sertaneja de perto, Cunha cria, com base nesses elementos, uma visão muito particular e complexa acerca de Canudos. A problemática consiste exatamente na questão da isenção e do distanciamento ideológico e profissional que o autor tentou manter, ao menos em alguns momentos, de seu objeto de estudo.

Conforme afirmado anteriormente, o discurso de Euclides da Cunha é ambíguo e marcado por um jogo de antíteses. Nesse jogo, Antônio Conselheiro, seus seguidores e Canudos surgem, a partir das análises, como integrantes de um jogo de contradições, ou seja, em determinados momentos são admirados e, em outros, abominados. Nota-se que esse jogo de contradições, ou antíteses, parece mostrar um impasse de Cunha ante a realidade observada e a maneira de demonstrar essa realidade para o leitor.

A dimensão humana do conflito parece ser extremamente grande para Cunha e para o seu método de análise, que varia entre o método historiográfico, jornalístico e literário. Vendo por essa óptica, nos parece que o método de análise do autor foi frágil e falho em alguns aspectos, porém torna-se um ponto valioso a ser trabalhado ainda nesta dissertação.

Ao evidenciarmos, em variados momentos, uma linguagem extremamente antitética do autor, sobretudo no que se refere à Guerra e seus motivos, é possível aplicar a tais evidências os pressupostos da teoria de Adorno, no que diz respeito a obras de arte engajadas ou não. Segundo Adorno (1991), o termo “obra de arte engajada” aplica-se às obras que estão direta ou indiretamente envolvidas com a sociedade em seus aspectos políticos e sociais e que são capazes de provocar uma tomada de consciência por parte do leitor. A literatura como arte quando utilizada como meio de reflexão dos problemas da realidade, imediatamente em torno do homem e de seu meio social, assume também uma função crítica e por tal motivo se engaja, ou seja, se compromete com a realidade, com o objetivo de levar o público a um nível de consciência que o permita entender com clareza a realidade que o cerca:

A obra de arte engajada desencanta o que só pretende estar aí como fetiche, como jogo ocioso daqueles que silenciaram de bom grado a avalanche ameaçadora como um apolítico sabiamente politizado (ADORNO, 1991, p.51).

No caso de Euclides da Cunha, nota-se um comprometimento com a aplicação da verdadeira função da obra de arte no campo das ciências sociais. Desse modo, quando a obra de arte é utilizada como meio de reflexão de problemas reais, em torno do homem e de seu meio social, assume-se uma função crítica, e por tal motivo, o autor se compromete com a realidade, com o intuito de levar o público à tomada de consciência, para que esse público possa se tornar consciente de que é cidadão e sujeito, e, portanto, capaz de mudar o meio em que vive e superar suas fraquezas.

Notamos em Cunha uma preocupação em expor a inutilidade da Guerra para resolver os conflitos. Ao tratar da questão central da luta, faz uma crítica aos dois lados envolvidos na Guerra. Então, observa-se claramente, no autor, a intenção de fazer com que o leitor crie, a partir de suas palavras e de suas próprias reflexões, uma reflexão íntima, com a finalidade de perceber o quanto foi desnecessário o conflito. A visão crítica de Euclides da Cunha sobre o conflito fica clara no momento em que ele se posiciona contra o poder abusivo das forças armadas regulares, em sua ação de acabar de vez com os revoltosos. Fato interessante e digno de menção é o de que seu posicionamento se dá de maneira lenta, o que reflete uma tomada de consciência, um amadurecimento humano.

Vale lembrar que Adorno (1991) também condenava a guerra, o conflito e pregava que a obra de arte poderia ser submetida a um bom uso ou a um mau uso, tudo dependeria da compreensão e da intenção dos que a utilizassem. Ao tratar da construção da arte poética e de suas influências após os massacres ocorridos no campo de concentração de Auschwitz, Adorno deixa claro seu pensamento a respeito da guerra e de como ela deveria ser retratada pelos homens. O teórico nos afirma que a guerra não deve ser esquecida e nem ser lembrada de maneira cínica ou superficial. Ao tratar sobre a composição poética de alguns escritores alemães que escreveram logo após a Segunda Guerra Mundial, o crítico expõe que: “[...] a poesia precisa resistir a esse veredicto; ser, portanto de tal modo que não tome a si pela sua simples existência depois de Auschwitz, o cinismo” (ADORNO, 1991, p. 64).

Aproveitamos o pensamento de Adorno, formulado para seu tempo histórico, que também serve para todos os tempos históricos, para ilustrar e até mesmo justificar o pensamento de Euclides da Cunha em seu discurso muitas vezes antitético a respeito da

Guerra de Canudos; pois em determinados momentos ele parecia enaltecê-la e em outros a abominava.

Interessante e ao mesmo tempo repugnante é a comparação que Cunha faz da força e fraqueza do sertanejo, caracterizando-o como o "Hércules-Quasímodo", o que é na verdade um jogo de antíteses e paradoxos. Hércules é um semideus, e simboliza encarnação de força e valentia, enquanto que Quasímodo é utilizado como sinônimo de monstro, de pessoa disforme. Com isso, tem-se uma clara alusão a um dos personagens do romance *Nossa Senhora de Paris*, de Victor Hugo

A constatação e a avaliação negativa do ideal do povo de Canudos tornam-se, nas argumentações de Euclides da Cunha, um dado favorável à região no que diz respeito ao julgamento político da intervenção militar. O autor consegue concluir de maneira definitiva a tese de que os moradores de Canudos e seguidores de Conselheiro não representavam uma ameaça real à instituição republicana, pois não formavam um movimento político organizado para tentar restaurar a Monarquia.

Dessa maneira, o autor de *Os sertões* tentou demonstrar que as idéias contrárias à República, manifestadas por Antonio Conselheiro e pelos canudenses, eram resultantes do atraso civilizatório e do estado de ignorância em que se encontravam. Euclides da Cunha conclui defendendo o pensamento de que a intervenção militar era desnecessária e que a luta deveria ser feita no sentido de combater a ignorância e não o homem ignorante. A luta contra a ignorância deveria ser travada, mas não com armas, mas com instrução e a inserção do sertanejo no conjunto da cultura nacional.

1.3 Fronteiras

Ao ler *Os sertões*, de Euclides da Cunha, uma questão de grande relevância é a da devida classificação da obra, já que esta idéia de mistura entre historiografia e literatura está sempre presente. Com efeito, é válido realizar algumas análises utilizando a obra e algumas palavras do próprio autor a respeito da sua classificação.

Dois pontos de destaque se apresentam nos alicerces da intencionalidade declarada pelo autor: um se dá no projeto historiográfico da obra e o outro no projeto artístico. As “imperfeições” (não as de ordem gramatical e nem as de ordem estética) e as incongruências são assimiladas muito bem no plano artístico. Já no plano historiográfico, os parâmetros seriam outros, e não permitiriam “imperfeições” e muito menos, incongruências ou inconsistências de argumentos.

Os padrões utilizados para aferir a qualidade de uma obra historiográfica dependem de conceitos muito diferentes dos utilizados na elaboração de uma obra literária. O historiador deve levar em conta os conceitos de “Fato”, “Fato Histórico”, “Verdade” “Verdade Histórica”, “Valor e Uso as Fontes Históricas”; e, além disso, deve fazer uso de uma rigorosa cronologia.

Os sertões não surgiu de um projeto literário, mas de um projeto que pretendia a construção de uma obra de caráter exclusivamente histórico. Sobre tal ponto, o autor expõe que: “[...] este livro que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar [...]” (CUNHA, s.d., p. 7). Essas declarações fazem acreditar que ele mudou o seu projeto inicial, transformando-o em uma obra mais abrangente. Nessa nova configuração conseguiu tratar da Geografia, da Sociologia, da Etnologia, da Antropologia e da História; guiado por uma “inspiração artística” que o levou a criação de um verdadeiro monumento literário. Assim, a obra consegue formular e responder diversas questões geográficas, geológicas, antropológicas, sociológicas e históricas, tudo, porém, combinado com o projeto artístico-literário.

Na “Nota Preliminar” de *Os sertões*, Cunha deixa claro que está escrevendo apenas uma obra historiográfica, demonstrando uma preocupação com os historiadores e não com a literatura. A esse respeito, o autor relata que: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, s.d., p.7). Em outra passagem da “Nota Preliminar”, demonstra novamente a sua preocupação com a história e com a verdade histórica: “[...] façamos jus a conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece” (CUNHA, s.d., p. 7).

O autor não descreve simplesmente a terra, o homem e nem narra os acontecimentos da Guerra, de maneira objetiva e científica, mas reveste esta descrição e esta narrativa de uma retórica própria do literato. É assim que consegue dar à obra um efeito artístico-literário. E essa retórica consegue produzir outro tipo de efeito sobre o leitor, pois se fosse apenas uma descrição e uma narrativa histórica, totalmente despidas dessa retórica literária, *Os sertões*, atrairia apenas certo tipo de leitor e não o extenso público que atraiu ao longo dos anos. A narrativa militar pensada inicialmente, embora contivesse os “fatos históricos”, passaria despercebida ou não interessaria ao público.

Ainda em relação à “Nota Preliminar”, o autor afirma ter abandonado o projeto inicial de apenas narrar a Campanha de Canudos e tornado esse tema secundário, por estar defasado no tempo. Porém, o romancista não explica de maneira clara qual é o projeto que substituiu o

anterior. Sendo assim, se conclui que o projeto é a própria obra como é conhecida hoje. E esse projeto – a obra *Os sertões* – não nos parece, ao contrário do que diz o próprio Euclides, um tema secundário.

É relevante destacar que *Os sertões* não narra um episódio histórico, dando à obra uma feição literária e nem transforma seus personagens em “entes” ficcionais, assim, não é uma ficção histórica. E também não é uma história romanceada. É possível concluir que o autor não acrescenta à história narrada episódios fictícios para torná-la mais agradável à leitura.

Um procedimento muito interessante utilizado por em *Os sertões*, e que demonstra um bom gosto pela estética literária é a criação de quadros em que se desenrolam, de maneira poética, e com bastante sentimento, as cenas das batalhas, das rezas ou das pregações de Conselheiro. Nestes quadros, Euclides da Cunha consegue combinar a técnica narrativa dos fatos com suas próprias impressões, sendo que o narrador está sempre presente, projetando-se no sentido de atingir a subjetividade do destinatário. Os quadros são sempre “emoldurados”, o que facilita ao leitor separar as cenas e vivenciá-las de maneira própria. A divisão desses quadros por molduras facilita também a memorização dos fatos pelo leitor.

Apesar de notarmos em *Os sertões* uma maneira poética de escrita não é possível dizer que há no livro simplesmente uma poesia. Assim, pode-se dizer que há uma História em forma de prosa poetizada. Euclides da Cunha parece praticar uma linguagem bastante carregada de ornamentos, e em alguns momentos essa linguagem ser até suave e permeada de compaixão para com os habitantes do sertão, em outros utiliza uma linguagem dura e áspera contra a crença e a mística do sertanejo, e para “piorar”, não denota, nestes momentos, compreensão para com aquele povo. Não pelo fato de não entendê-los, mas, por uma falta de compreensão, ou seja, de certa compaixão pelo homem do sertão.

A maneira como Euclides da Cunha desdenha e rechaça as palavras de Antonio Conselheiro e os hábitos místicos da população de Belo Monte demonstram uma total falta de compreensão do autor para com a História, já que não cabe ao Historiador, que pretende narrar fatos históricos, fazer tais juízos de valor. Dessa maneira, é nesse momento que o autor deixa de ser historiador e passa a ser literato, ou seja, o observador da História não deveria julgar, e muito menos condenar.

O autor de *Os sertões*, desprezando o significado dos valores religiosos dos habitantes de Belo Monte, atua com sarcasmo ao se referir às crenças místicas, apocalípticas e sebastianistas daqueles habitantes. Então, para o escritor, tais crenças representariam o atraso

mental daquela população. Desse modo, é oportuno refletir sobre a definição de *autor*. Para isso é necessário avaliar que:

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”. Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido a maior importância à “pessoa” do autor. O *autor* ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra; a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões [...] (BARTHES, 2004, p. 58).

O texto de *Os sertões* é animado mais por um sentimento do autor, de escrever a história com compromisso com a verdade, do que por um sentimento de produzir uma obra de arte. A intenção de Euclides da Cunha era a de descrever, detalhadamente, a geografia dos sertões, de elaborar um tratado antropológico, etnológico e de prestar um relato fiel da Guerra, com um sério pacto com a verdade histórica. Assim, não haveria maneira de casar perfeitamente tal linguagem com a linguagem poética.

Pode-se dizer, ainda, que se o espírito que anima o texto fosse mais de conotação literária do que histórica, a cronologia, a descrição do espaço físico, onde se desenrolam os acontecimentos e a fidelidade aos dados anotados no diário do autor de *Os sertões*, não seriam tão necessários, pois todas estes dados sobriam e estariam sujeitos às interferências da linguagem, e não estariam jamais sendo utilizadas como instrumentos para a explicitação da verdade histórica. Além disso, não teriam compromisso com o mundo exterior, já que seu significado estaria confinado em seu próprio universo.

Euclides da Cunha causa a impressão de utilizar sempre um tom de autoridade, ou seja, dá a impressão de que é autor de um “relato da verdade”. Esta maneira de se pronunciar pode causar, naqueles que atualmente lêem sua obra, uma impressão de autoritarismo. Portanto, para o literato, teria pouco valor a veracidade ou não do conteúdo do livro, pois a matéria da narrativa literária não é o fato, mas as possibilidades de trabalhar tais fatos, sejam eles reais ou fictícios.

1.4 O sertão

“Em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão; então o certão virará praia e a praia virará certão [...]” (CUNHA, s.d., p. 132). Esta profecia de Antonio Conselheiro, divulgada por Euclides da Cunha em *Os sertões*, ajudou a popularizar o termo “sertão”. Nesta profecia, talvez a mais famosa de Conselheiro, a palavra “sertão” aparece em oposição à praia, ou seja, o litoral. Em outro sentido, é possível afirmar, ainda, que “sertão” assume, aqui, também o significado de região árida. Nota-se que, ao tratar do problema das raças, Euclides menciona o sertão como sendo o local oposto ao litoral, não importando se fosse árido ou não. o sertão representa um lugar menos evoluído, isto pelo fato de se manter isolado do litoral que era a zona de contato com o resto do mundo:

A palavra sertão advém do termo latino “desertanum, desertum” e foi empregada para designar lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento. Assim, o termo sertão teria sido incorporado à língua portuguesa para designar lugares distantes, desconhecidos, no interior do continente (AMADO, 1995, p. 145).

Em *Os sertões* pudemos encontrar paradoxos na relação sertão-litoral. Assim, tais paradoxos foram construídos pelo autor em decorrência de sua visão cientificista e pouco experiente da região por ele observada (falamos de Canudos).

Sabe-se que o pensamento cientificista de Cunha é totalizador, no sentido de crer que tudo abarca e tudo compreende, deixando muitas vezes de dar voz ao outro. Euclides da Cunha era o homem da cidade, que era o local oposto ao sertão, portanto, para se posicionar de maneira a entender profundamente a vida do habitante daquele lugar seria inevitável algum tipo de conflito e choque interno, sendo esse o fator gerador dos paradoxos.

Em sua narrativa, Euclides da Cunha tenta alterar seu pensamento totalizador, e, com isso, consegue dar forma a essa maneira muito singular de narrar a história. Em sua escrita é possível perceber um homem que escreve com autoridade e, às vezes, até em tom autoritário, mas que em determinados momentos procura dar espaço para que as imagens por ele presenciadas falem por si mesmas.

Os paradoxos contidos no discurso de Euclides da Cunha são fundamentais para compreendermos o engenho e a arte desenvolvidos nesta obra. Na questão do sertanejo está evidente um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que afirma o sertanejo ser um homem forte que não possui o raquitismo e nem a neurastenia dos habitantes do litoral, enche-

o de características negativas como a fraqueza mental e a incapacidade para compreender um estágio mais avançado de civilização.

O autor descreve as diferenças entre sertão e litoral, desempenhando um papel muito comum aos escritores eurocentristas, cuja visão de mundo se dividia em “mundo civilizado” e “mundo bárbaro”. Nesse seguimento deixa claro que pensa conforme esta linha de raciocínio: ao pensar na obra *Os sertões*, mundo civilizado seria a região próxima ao litoral e mundo bárbaro seria o próprio sertão.

É por meio de uma linguagem metafórica que Euclides da Cunha materializa as idéias ocidentais, especialmente européias, de linhas divisórias entre civilizado e incivilizado, sendo a partir dessa questão que surgem as idéias paradoxais. Outro paradoxo presente é que, ao narrar a Guerra, o narrador não deixa de mencionar a força e a inteligência do sertanejo no combate, ficando claro que apesar da desvantagem bélica, os habitantes de Canudos possuíam a superioridade da coragem e a dos que lutam para defender um ideal considerado nobre. Já em outros momentos, esse mesmo sertanejo forte, destemido e hábil na arte da guerrilha, é representado como um ser desinteressado, apático e não muito inteligente.

Ao terminar a leitura da batalha narrada nessa obra, tem-se a impressão de que o “fraco” não seria os pobres sertanejos desvalidos, esfomeados, desamparados e belicamente despreparados, mas o Estado, por meio de um exército muito bem preparado belicamente. O autor deixa claro que nem sempre quem perde é mais fraco do que quem ganha, já que no final da batalha o vencedor não fez com que “desaparecesse” o perdedor.

Em *Os sertões*, a narrativa se desenvolve com base no eixo temático sertão-litoral, sendo nesse eixo que Euclides trabalha a questão da definição de identidade nacional mal definida, pela divisão ideológica entre campo e cidade, posse e não posse da terra, rural e urbano, culto e inculto. Assim, por meio da visão totalizante, a cidade teria o dever de civilizar o sertão e retirá-lo de seu atraso cultural.

É notório, no discurso de Antônio Conselheiro, sua aversão ao mundo “civilizado” do litoral, com seus costumes e crenças no sistema Republicano. Na verdade, Conselheiro combatia os hábitos e costumes dos homens que não moravam no sertão e não exatamente a República. As relações sociais entre o habitante da zona urbana e rural parecem, ainda, estar contaminadas pela mentalidade rançosa, estabelecida nesse eixo temático. A zona rural é, ainda hoje, considerada sinônimo de atraso, um local em que o sinal de TV e rádio são deficientes e o transporte escolar não chega, entre outras questões.

Euclides da Cunha faz algo raro ao definir o sertanejo como o homem não neurastênico e não degenerado moralmente, ao contrário dos habitantes da região distante do

sertão, por isso, nesse ponto, o sertanejo leva alguma vantagem. O autor não deixa de demonstrar o conflito pela terra presente em Canudos, em um momento é o trabalhador que se aglomera em uma comunidade independente, passando, com isso, a representar o perigo da escassez de mão-de-obra nas fazendas da região; e, em outro momento, é a questão da terra devidamente utilizada para produzir.

Ao descrever Canudos, o autor retrata uma cidade com traçado irregular, horrível e de triste aspecto: a “Jerusalém de taipas”. Canudos é a *Civilização* brotando do mundo *incivilizado*. Conselheiro tentava criar um mundo que pudesse concorrer e ser melhor que qualquer outro, e talvez essa “competição” atraísse a revolta de Euclides da Cunha em relação ao Conselheiro.

Cunha consegue trabalhar, a partir da realidade do sertanejo brasileiro – e apesar do pensamento rançoso – uma questão social séria, que é a da inferioridade ou superioridade de uma cultura em relação à outra. Um grande paradoxo criado pelo autor é o que nasce quando ele dá o sentido de irracional ao pensamento do homem do sertão, estigmatizando-o para diferenci-lo dos demais homens. E difere-o rebaixando-o, não moralmente, porém culturalmente e intelectualmente. Isso ocorre por meio de sua teoria antropológica, geográfica, etnológica, histórica e religiosa; utilizando recursos da arte literária.

Mas, ao mesmo tempo em que é criada essa distinção e esse rebaixamento intelectual, Cunha o exalta. Para o autor o sertanejo é o “Hércules-quasímodo”, ou seja, o “ser” que une o belo e forte ao feio e fraco. Em seu anseio de explicar os fatores determinantes da “inferioridade sertaneja”, Euclides da Cunha lança mão de teorias políticas e sociais tendenciosas. A partir disso, formula sua teoria considerando o comportamento “religioso atrasado” e a “mentalidade social retrógrada” do sertão e seu meio geográfico. Porém, deve-se ressaltar que Cunha rebaixa e ressalta as características negativas dos sertanejos, defendendo-os, quando trata da pobreza, da decadência alimentar e do isolamento a que foram submetidos.

Geralmente o leitor se “embaralha” ao fazer uma leitura de *Os sertões*, já que as contradições surgem a cada instante, mas são essas contradições que criam os paradoxos. Outro paradoxo presente no livro é o de que os valores morais e éticos propagados pelos homens modernos e civilizados das cidades não impediram que estes fossem ao sertão cometerem a tragédia do massacre de Canudos.

É comum encontrarmos em *Os sertões* uma visão inovadora sobre o mestiço. O escritor faz o leitor entrar em contato com esta personagem – o tipo social sertanejo aqui assume características de personagem do enredo – e assim acaba valorizando a capacidade de sobrevivência deste nas adversidades da natureza e da guerra. Muitos intelectuais da época

consideravam o sertanejo como um obstáculo para o progresso da civilização brasileira. O escritor, no entanto, acaba por tornar o mestiço um ser mais apto e integrante de um processo fundamental e positivo para formação da sociedade sertaneja:

Mesmo assim, na história do pensamento social brasileiro, Euclides, com a elevação de um mestiço a herói nacional, constitui importante elo entre o viajante alemão Martius que no seu tratado diz como se deve escrever a história do Brasil, publicado em 1844, para a Constituição do Brasil como e o sociólogo Gilberto Freyre, cujo livro clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) comprovou e elogiou o caráter mestiço da população e da Cultura no Brasil, um marco contra o racismo “científico” (NASCIMENTO, 2002, p. 70).

O escritor parte para uma tentativa de explicar a origem do jagunço, descrevendo o modo de vida do sertanejo, sua cultura e sua personalidade. Para ele, a personalidade do sertanejo se formou de acordo com a influência do meio físico, com o clima e com os acontecimentos históricos, por ocasião da ocupação geográfica. Assim, o sertanejo é definido como o representante de uma sub-raça, que seria o produto desses fatores. Mas mesmo como componente de uma sub-raça, os sertanejos seriam elementos importantes no processo de miscigenação brasileira. É argumentado ainda que, devido ao isolamento a que foi submetido, o sertanejo estaria situado à margem do progresso alcançado pela sociedade que se estabeleceu próximo às regiões litorâneas.

A análise dos eventos de Canudos, com base nos pressupostos filosóficos e científicos em voga, fez Euclides da Cunha olhar os canudenses como uma comunidade em atraso cultural, numa etapa retrógrada da civilização e em estado de ignorância. Sob essa óptica, a civilização brasileira desenvolvida habitava a faixa correspondente ao litoral brasileiro, enquanto o sertão permanecera à margem do processo civilizatório, ficando de fora do mundo culturalmente desenvolvido.

De maneira preconceituosa, o autor tece uma colocação, a qual define como sendo irritante, que é a mistura de raças. Tal mistura muito diversa é, segundo ele, na maioria dos casos, prejudicial. Até as conclusões do evolucionismo, quando reage sobre o produto e o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferioridade. A respeito disso afirma que: “A Mestiçagem extremada é um retrocesso” (Cunha, s.d, p. 88). Parece haver nessas passagens algumas contradições de natureza ideológica ou talvez de formação acadêmica circunscritas no discurso do autor.

Ao presenciar a ação dos republicanos, ao cometerem um genocídio contra os sertanejos, as convicções pessoais de Euclides da Cunha se abalam e torna problemática a sua

identificação pessoal com o lugar cultural litorâneo, lugar onde tem suas origens e que considera culturalmente superior. A discussão apresentada em *Os sertões*, a respeito da mestiçagem no Brasil, merece ser aprofundada, e, para isso, é necessário pôr em evidência a distinção que o escritor realizou entre a sociedade do norte e a do sul do país. Entre os elementos que caracterizam essa distinção está o da diferença climática que, segundo o autor, desfavoreceu a região norte, tornando-a uma região atrasada e, em contraposição, a região sul tornou-se mais dinâmica.

Euclides da Cunha considerava o antagonismo geográfico e a administração portuguesa, que não levou em consideração a diversidade e dificuldades regionais do Brasil, foram os grandes responsáveis pela formação destas duas sociedades extremamente diferentes entre si. Desse modo, a região norte permaneceu na fase colonial da história brasileira; não evoluindo apesar da miscigenação, detectadas por ele nas áreas litorâneas dessa região. Para o escritor, o fator geográfico tem um papel de destaque na definição da identidade do brasileiro, uma vez que segundo seu entendimento, o litoral nordestino abrigava os vícios da sociedade colonial; e os paulistas criaram uma nova sociedade, rompendo com a decadência nordestina que era um grande obstáculo para a nacionalidade brasileira.

Além de distinguir entre norte e sul, no que diz respeito às diferenças sociais e culturais, Euclides da Cunha estabeleceu uma contraposição entre o sertanejo da região norte e os habitantes das regiões litorâneas. Assim, identifica uma mestiçagem decadente que se opunha ao sertão. Para o autor, o sertanejo possuía algum grau de superioridade em relação ao mestiço do litoral, criando assim um sistema de hierarquização entre esses dois tipos de grupos étnicos.

Para Cunha, o sertanejo teve a formação de seu caráter influenciada pela região que o abrigou; especialmente pelo modo de vida baseado no passado colonial, sendo que essa influência é que teria impedido o avanço do processo civilizatório em tais regiões. Para o autor de *Os sertões*, o sertanejo era o elemento que representava o isolamento, e tal isolamento o colocava à margem da História, e, portanto, distante do progresso social constatado em outras regiões brasileiras. As categorias de **espaço** e **tempo** se constituem em fatores determinantes para fornecer uniformidade à raça do sertanejo, sendo assim, o sertanejo era portador, em sua constituição biológica e moral, de tendências que, no decorrer do processo de amadurecimento de sua raça, fariam surgir uma característica biológica e psicológica que o afastaria de muitos hábitos e costumes comuns nas relações sociais entre os habitantes das regiões litorâneas.

Sob o olhar de Euclides da Cunha, o sertanejo possuía um caráter ambíguo, já que ao mesmo tempo em que lhe atribuía características positivas, também atribuía características negativas. Sabe-se que a característica negativa descrita na obra estava presente na religiosidade sertaneja, na qual prevalecia um elemento de desequilíbrio, e esse desequilíbrio era a ausência de harmonia nas formas e a mistura de antagonismos.

Fica claro que, em *Os sertões*, a abordagem do autor a respeito da caracterização do brasileiro se dá com base em influências geográficas. A sua preocupação centra-se na definição de uma identidade para o povo brasileiro e, segundo ele, o país não possuía uma raça, e sem a definição de uma raça o país não poderia progredir culturalmente, socialmente e nem economicamente. O processo de evolução das raças que formaram o povo brasileiro era heterogêneo e ainda estava em evolução. Uma prova desse processo evolutivo e heterogêneo era a própria mestiçagem, e outra prova seria, ainda, o próprio ato de não ser possível definir um tipo étnico para caracterizar o brasileiro, fazendo então que se prevalecesse a ausência de uma unidade racial no país.

Euclides da Cunha estudou a diversidade racial no Brasil, visando a necessidade de constituir uma raça capaz de elevar o país ao nível do que chamaria de civilizado; trilhando o pensamento de que era necessária a implantação de um projeto civilizatório que se relacionasse à raça e à formação do Estado. Tal projeto era, em sua época, impossível de ser realizado, já que a nação brasileira ainda não tinha alcançado maturidade e nem evolução suficiente que permitisse a definição de uma identidade própria.

É comum encontrarmos em *Os sertões* uma visão inovadora a respeito do mestiço. É o mestiço quem faz o leitor entrar em contato com este personagem – nessa obra o tipo social sertanejo assume características de personagem do enredo – e, assim, acaba valorizando a capacidade de sobrevivência dele nas adversidades da natureza e da guerra. Muitos intelectuais da época de Euclides da Cunha consideravam o sertanejo como um obstáculo para o progresso da civilização brasileira. O autor, no entanto, torna o mestiço um ser mais apto e integrante de um processo fundamental e positivo para formação da sociedade sertaneja. É nesse sentido que Nascimento demonstra:

Mesmo assim, na história do pensamento social brasileiro, Euclides, com a elevação de um mestiço a herói nacional, constitui importante elo entre o viajante alemão Martius que no seu tratado *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1844, para a Constituição do Brasil como e o sociólogo Gilberto Freyre, cujo livro clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) comprovou e elogiou o caráter mestiço da população e da Cultura no Brasil, um marco contra o racismo “científico” (NASCIMENTO, 2002, p. 70).

É relevante ainda, o fato de Cunha ter procurado dar voz para que o sertanejo, objeto de seu estudo e inimigo de suas concepções políticas, se manifestasse, fazendo isso no momento em que conseguiu incorporar em seu trabalho belos elementos oriundos da tradição oral e nos quais havia expressão de toda a cultura e religião sertaneja. Parece-nos que, para o autor, o conflito entre Canudos e os defensores da República resultou do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. O mestiço do sertão apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, s.d., p. 92).

No segundo capítulo de *Os sertões*, Euclides, baseado em algumas teorias raciais utilizadas pelos meios acadêmicos e científicos de sua época, inicia uma análise a respeito do problema etnológico do Brasil, procurando demonstrar que o processo, ainda não concluído, de formação de nossa etnia se dava a partir de três raças originais: indígena, africana e européia. E acrescenta ainda que “Adstrita às influências que mutuam, e graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos” (CUNHA, s.d, p.59).

Após a explicação da formação de nossa etnia, Euclides da Cunha parte para uma tentativa de explicar a origem do jagunço, descrevendo o modo de vida do sertanejo, sua cultura e sua personalidade. Para ele, a personalidade do sertanejo se formou de acordo com a influência do meio físico, com o clima e com os acontecimentos históricos por ocasião da ocupação geográfica; assim acaba por defini-lo como representante de uma sub-raça que seria o produto desses fatores.

Mas, mesmo como componentes de uma sub-raça, os sertanejos seriam elementos importantes no processo de miscigenação brasileira. Euclides argumenta, ainda, que devido ao isolamento a que foi submetido, o sertanejo estaria situado à margem do progresso obtido pela sociedade que se estabeleceu próximo às regiões litorâneas.

A análise dos eventos de Canudos, com base nos pressupostos filosóficos e científicos em voga, fez que Euclides da Cunha visse os canudenses como uma comunidade em atraso cultural, numa etapa retrógrada da civilização e em estado de ignorância. Sob essa óptica, a civilização brasileira desenvolvida habitava a faixa correspondente ao litoral brasileiro, enquanto que o sertão permanecera à margem do processo civilizatório, ficando de fora do mundo culturalmente desenvolvido. Mas apesar de tudo isso, e sob o ponto de vista etnográfico, Euclides considera o sertanejo como uma sub-raça resultante do tipo de

miscigenação mais adequada à formação da raça brasileira. Considera ainda o habitante dos sertões como sendo mais forte que os habitantes das regiões litorâneas.

Segundo Euclides da Cunha, o habitante do sertão seria o resultado da miscigenação do índio, considerado como raça autóctone da América, com o europeu português, considerado como elemento de uma raça culturalmente muito mais evoluída. Na óptica do autor, o sertanejo é visto como um elemento que estaria fora da cultura e que deveria ser integrado à nacionalidade, sendo visto ainda como elemento integrante de uma raça inferior, degenerada pela miscigenação, mas também como sub-raça importante e única para a definição etnológica da identidade nacional. O autor entendia que tal integração não deveria ser feita de maneira abrupta mas sim gradualmente, e com a aplicação do modos de vida, hábitos e costumes das populações litorâneas e urbanas ao modo de vida dos sertanejos.

De um modo geral, sertão é tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização, como: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática. O autor considerou o sertão baiano como área com leis climáticas próprias e um tipo humano definido, o sertanejo, que idealizou como homem forte, mistura de cavaleiro medieval e de vaqueiro romântico, “rocha viva”, sobre a qual se poderia criar o brasileiro do futuro, se contradizendo, mais adiante ao dizer que o “sertanejo do norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída” (CUNHA, s.d., p. 87).

Sempre na tentativa de analisar sertão e litoral, o autor cria e mantém um discurso antitético que pode ser evidenciado, no momento em que ele define uma identificação etnológica positiva com relação ao mestiço sertanejo, e quando demarca em seu discurso analítico, o distanciamento etnocêntrico como integrante do grupo cultural litorâneo, julgando negativamente as manifestações culturais dos canudenses. Segundo Euclides: “[...] a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização” (CUNHA, s.d, p. 90). Afirmando em seguida que:

Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do norte furraram-se a este último. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penossíssima a um estádio social superior, e simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos mais adiantados (CUNHA, s.d, p. 90).

Acrescentando sobre o sertanejo que:

É um retrógrado, não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima de sua formação, das

exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia (CUNHA, s.d, p.90).

Em relação à comparação entre o homem do sertão e o homem do litoral e as diferenças culturais justifica-se que:

Ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento, nos sertões a integridade orgânica dos mestiço desponta inteira e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciado-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior (CUNHA, s.d, p. 90).

Para Euclides da Cunha, o antagonismo geográfico e a administração portuguesa não levaram em consideração as diversidades e dificuldades regionais do Brasil, sendo assim, os grandes responsáveis pela formação destas duas sociedades extremamente diferentes entre si.

Também assim, a região norte permaneceu na fase colonial da história brasileira, não evoluiu apesar da miscigenação, detectadas por ele nas áreas litorâneas desta região. Para o autor, o fator geográfico tem um papel de destaque na definição da identidade do brasileiro. Segundo seu entendimento, o litoral nordestino abrigava os vícios da sociedade colonial, já os paulistas, criaram uma nova sociedade, e conseguiram assim romper com a decadência nordestina, que era um grande obstáculo para a nacionalidade brasileira. Cunha, além de distinguir entre norte e sul, no que diz respeito a diferenças sociais e culturais, diz existir uma contraposição entre o sertanejo da região norte e os habitantes das regiões litorâneas. Nessa contraposição o autor identifica uma mestiçagem decadente que se opunha ao sertão. Na visão do romancista, o sertanejo possuía algum grau de superioridade em relação ao mestiço do litoral, criando assim, um sistema de hierarquização entre esses dois tipos de grupos étnicos. Tal sistema se sustenta com as conclusões que ele faz após analisar as categorias de **espaço e tempo**. Para um melhor entendimento, Euclides define que sertanejo é o habitante das regiões distantes do litoral e mestiço os habitantes das regiões litorâneas.

O sertanejo teve a formação de seu caráter influenciada pela região que o abrigou, especialmente pelo modo de vida baseado no passado colonial, sendo que essa influência é que teria impedido o avanço do processo civilizatório em tais regiões. Portanto, o sertanejo era o elemento que representava o isolamento, e tal isolamento o colocava à margem da história, e portanto distante do progresso social constatado em outras regiões brasileiras. As categorias de espaço e tempo se constituem em fatores determinantes para dar certa uniformidade à raça do sertanejo. Sendo assim, o sertanejo era portador, em sua constituição

biológica e moral, de tendências que, no decorrer do processo de amadurecimento de sua raça, faria surgir uma característica biológica e psicológica que o afastaria, de hábitos e costumes comuns nas relações sociais entre os habitantes das regiões litorâneas, já que o sertanejo não era muito afeito às regras sociais. Assim, Cunha se distanciava cada vez mais do mestiço das regiões litorâneas.

O pensamento do romancista se alinha com o pensamento do governo republicano que por sua vez queria “elevar” o Estado brasileiro à cultura de outros estados nacionais, em especial os europeus. “O governo republicano tencionava criar essa nação eliminando os denominados elos fracos da corrente” (THEODORO, 1997, apud ABDALA JUNIOR, 1997 p. 127). Portanto, a esse respeito, Carvalho (1990, p.9) destaca que: “os republicanos brasileiros, nos anos iniciais da república, a dividira em três correntes ideológicas: o liberalismo que era inspirado nos Estados Unidos, o jacobinismo, que se inspirava na França e o positivismo”. E, essas três correntes ideológicas se debatiam entre si, buscando a supremacia. É notório, que Euclides era partidário da corrente positivista, sendo que todas tinham como base a criação de um Estado nacional culturalmente mais elevado, lembrando que para isso se concretizar dever-se-ia transformar certas figuras, como, o sertanejo.

1.5 O tempo e o lugar

Ao analisar o contexto histórico da Guerra de Canudos, é necessário rediscutir o momento delicado da recém-inaugurada República, quadro político que marcou a passagem da liderança militar para o grupo político que, tendo à frente os cafeicultores paulistas, deu início ao primeiro governo civil, em 1894. Em certo momento, Euclides da Cunha via uma dupla vantagem no governo republicano. Uma delas era a eliminação dos privilégios concedidos aos que possuíam linhagem nobre; a outra, foi deixar aflorar os talentos dos homens das várias camadas sociais. Porém, os acontecimentos não se desenrolaram dessa maneira, ocorreu uma “confusão na distribuição dos cargos, que em geral eram bem remunerados e nem sempre ocupadas pelos homens de talentos, como pensava Euclides” (SEVCENKO, 2003, p. 178-179).

Na verdade, esse momento só tornava ainda mais explícitas as disputas em torno da legitimidade da liderança militar, que proclamara a República, que é alvo de acirradas e continuadas críticas desde o primeiro momento da constituição do governo de Deodoro da Fonseca. A ação militar da proclamação e a falta de um reconhecimento mais amplo da

legitimidade desse grupo político, além das dissensões internas do próprio Exército, tornaram extremamente frágeis a adoção de um governo militar para a República brasileira. Se na luta contra a monarquia e seus pressupostos, o conjunto dos republicanos parecia unido, após a proclamação, o embate entre diferentes projetos políticos e institucionais opôs de forma definitiva pelo menos dois grandes grupos: militares e civis. Sobre a crise da liderança militar republicana, uma vez que: “A classe senhorial recompunha apressadamente as suas fileiras divididas no episódio da mudança do regime. A presença militar impede, por algum tempo ainda, que a recomposição se efetive” (SODRÉ, 1982, p. 298).

Após a morte do Coronel Moreira César, nos combates em Canudos, o primeiro governo civil e paulista da república, encabeçado por Prudente de Moraes, já estava em seu terceiro ano. Nesse período, a oposição política do grupo militar que deixara o poder só fizera crescer e encontrava nesse momento, na morte de um de seus mais ilustres representantes, um fortíssimo argumento para questionar a legitimidade dos verdadeiros princípios de um governo que não podia proteger suas instituições contra os defensores da restauração monárquica, forma como passaram a ser identificados os conselheiristas. É relevante ressaltar a importância e a envergadura do debate político que opôs civis e militares e levou à supervalorização dos conselheiristas como poderosos inimigos da nação, aspecto que só ganhou contornos grandiosos após a morte de Moreira César. Isso ocorreu porque muitos partidários da República, também insatisfeitos com o cenário e o rumo político que se desenhava no Brasil, viram em Antonio Conselheiro um inimigo declarado; sua eliminação significaria a restauração da ordem e uma demonstração de poder.

Entre os desencantados com a República e seus líderes estava Euclides da Cunha, que, em 1896, abandonou a carreira militar no posto de primeiro-tenente, indo trabalhar na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo como engenheiro. Em 1897 aconteceu a morte do Cel. Moreira César e o desbaratamento de 1.300 soldados pelos fanáticos do Conselheiro, que pregava contra a República (Cf. LACERDA, 1997, p. 33-35).

Euclides da Cunha, preocupado com um provável movimento monarquista, escreveu alguns artigos para o jornal *O Estado de S. Paulo* (que nessa época era nomeado *A Província*), em 14 de março e 17 de julho de 1897. Nos artigos, comparou os acontecimentos de Canudos com os fatos ocorridos na região francesa denominada Vendée, surgindo o artigo com o título de “A Nossa Vendéia” (Cf. GALVÃO, 1997, p. 103).

A difícil situação social, econômica e política das diversas regiões afetadas pelos vários acontecimentos, que pareciam de ordem exclusivamente religiosa, mostram a importância da religião na caracterização das reivindicações que orientavam os seguidores de

Conselheiro em seus combates. Nos artigos, constatam-se, por parte dos revoltosos, algumas reivindicações, políticas, e também algumas queixas com relação à situação econômica. Mas o que levou o governo republicano a reprimir tão violentamente o movimento de Canudos foi a idéia de que o governo republicano necessitava alinhar o Estado nacional brasileiro com os demais Estados nacionais do chamado “mundo moderno”. Para que esse alinhamento acontecesse era necessário negar, esconder e até mesmo eliminar a existência das características rurais marcadas por tradições coronelísticas, levantes populares e fanatismos religiosos. Na visão do governo republicano, essas características eram elementos que impediam o alinhamento do Brasil com os países mais “modernos”. Partindo desse pensamento é que se reprimiu de maneira tão violenta o movimento de Canudos (Cf. THEODORO, 1997 *apud* BENJAMIN, 1997, p 127).

CAPÍTULO II

O “GNÓSTICO BRONCO”; A RELIGIÃO SERTANEJA

Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco. (CUNHA, s.d, p.119).

Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextrincável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas [...] (CUNHA, s.d., p. 131).

2.1 O “gnóstico bronco”

Em diversas passagens de *Os sertões*, Euclides da Cunha faz referências a Antônio Conselheiro e a sua figura, bem como também a sua religião, porém é na segunda parte do livro, cujo título é “O homem”, que ele realmente faz a caracterização da figura de Antônio Conselheiro e, em função dessa imagem, analisa as prédicas e a poesia difundidas em Canudos.

Um dos temas deste capítulo faz referência a um termo usado por Euclides da Cunha para formar uma imagem, talvez bastante imprópria, de Conselheiro. O termo é “gnóstico bronco”, que assusta e espanta, porém merece explicação:

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, na fase persecutória ou de grandezas, o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização -um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos. Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro de nossa era, aspectos religiosos vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguesa.

Poderíamos apontá-los em cenário mais amplo. Bastava que volvéssemos aos primeiros dias da Igreja, quando o gnosticismo universal se erigia como transição obrigatória entre o paganismo e o cristianismo, na última fase do mundo romano em que, precedendo o assalto dos Bárbaros, a literatura latina do Ocidente declinou, de súbito, mal substituída pelos sofistas e letrados tacanhos de Bizâncio.

Com efeito, os montanistas da Frígia, os adamitas infames, os ofióltras, os maniqueus bifrontes entre o ideal cristão emergente e o budismo antigo, os discípulos de Marcos, os encratitas abstinentes e macerados de flagícios, todas as seitas em que se fracionava a religião nascente, com os seus doutores histéricos e exegeses hiperbólicas, forneceriam hoje casos repugnantes de insânia. E foram normais. Acolchetaram-se bem a todas as tendências da época em que as extravagâncias de Alexandre Abnótico abalavam a Roma de Marco Aurélio, com as suas procissões fantásticas, os seus mistérios e os seus sacrifícios tremendos de leões lançados vivos ao Danúbio, com solenidades imponentes presididas pelo imperador filósofo...

A história repete-se.

Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco.

Veremos mais longe a exação do símile (CUNHA, s.d, p. 118-119).

O termo “gnóstico bronco”, apontado aqui, e que já foi considerado por alguns autores como sendo apenas mais uma questão linguística, ou seja, a de dar preferência ao uso das antíteses e dos paradoxos, acaba por revelar, com uma leitura mais refinada, ser um termo que

resume uma crítica à postura de Conselheiro ante a comunidade na qual vivia. Nota-se, nas palavras de Euclides da Cunha, uma comparação entre o fanatismo religioso e a formação do cristianismo. Para compreender tal comparação é necessário retrocedermos um pouco no tempo, mais precisamente aos primeiros anos da Igreja Cristã. Naquela época, o gnosticismo universal se erguia como transição obrigatória entre o paganismo e o cristianismo. Era a época de decadência do Império Romano (Cf. CANTU, 1946, v. 7, p. 242). No ponto em que Euclides da Cunha trata da situação dos prisioneiros (CUNHA, s.d., p. 438), remete à época em que o rei bárbaro, Alarico e seu primo Ataulfo, juntamente com suas hordas de hunos e godos invadiram Roma. Neste episódio, os bárbaros impediram a entrada de alimentos e outras provisões na cidade, reduzindo drasticamente a produção de pães, fazendo com que os romanos começassem a morrer de fome ou tentassem sobreviver comendo animais repugnantes. Alarico proibiu, ainda, aos romanos de enterrarem os cadáveres fora da cidade, provocando acréscimo da peste e uma dizimação maior da população. Prestes a chegarem ao canibalismo, os romanos solicitaram a Alarico um pedido de paz em condições razoáveis, ou então lutariam até o último sobrevivente: “[...] A multidão foi obrigada a servir-se das coisas imundas e morria pelas ruas onde a podridão dos cadáveres produzia moléstias” (CANTU, 1946, v.8, p. 184).

Se Euclides da Cunha está correto em suas comparações, e se considerarmos apenas o aspecto religioso, não haveria motivos para esse estranhamento da Igreja e do governo em relação à comunidade de Canudos e ao seu líder, já que o próprio início do cristianismo se constitui com base em seitas de notável caráter fanático. De certa maneira, o autor realiza um tipo de análise da tradição do cristianismo, em especial a parte referente às correntes místicas que a doutrina cristã abrangia no início, até o século II. Uma das correntes é a dos montanistas da Frígia, iniciada por Montano que divulgava a necessidade de uma rigorosa disciplina que reprovava toda forma de prazer e todas as artes e filosofia (Cf. CANTU, 1946, v.7, p. 253). Euclides da Cunha faz uma comparação muito enfática entre Antônio Conselheiro e o frígio Montano: “O frígio pregava-a, talvez como o cearense, pelos ressaibos remanescentes das desditas conjugais [...]” (CUNHA, s.d, p.132).

Segundo Cunha, Antônio Conselheiro foi como tantos outros dos primórdios do cristianismo, um “gnóstico bronco”, sendo apresentado, ainda, como um caso de “degenerescência intelectual”, e que não se tornou loucura total porque houve uma comunidade de pessoas que se identificaram com ele; lembrando que ambos eram rebeldes, retrógrados e incompreendidos, o que evitou o seu isolamento. Esse mesmo meio o fortaleceu, elevando-o a uma categoria de *profeta* e de homem santo. Era visto ainda como um enviado

especial de Deus, porém, sujeito ainda a sofrer, ao exemplo de Cristo, as dores do sofrimento humano, mas que, ao contrário dele, era ainda mortal. Viam-no como um homem que tinha a grande missão de apontar o caminho da salvação aos pecadores. A ironia de Euclides parece denunciar, no que toca a este relato, a idéia que reduz a um mesmo nível fanáticos como o Conselheiro, os padres, pastores ou qualquer outro homem que acredite ser representante de Deus e que tenha a missão de levar as pessoas à salvação.

A abordagem do autor concentra-se, sobretudo, na avaliação das práticas religiosas dos canudenses. E tais práticas ganham força com as pregações de Conselheiro o qual é descrito como sendo um elemento humano nascido do processo de estratificação étnica, que esteve presente nas estruturas formadoras de nossa raça, ou melhor, da raça sertaneja (CUNHA, s.d, p. 117). É forjado o pensamento de que Conselheiro era um tipo representante do messianismo no Brasil, ou seja, a visão não estava deslocada da opinião de muitos desse período, os quais sempre se manifestaram contra a figura misteriosa do beato.

Antonio Conselheiro nasceu em Quixeramobim, no Ceará, no ano de 1828, perdeu a mãe aos seis anos de idade e o convívio com sua madrasta Francisca parece ter sido terrível, como o próprio Conselheiro admitiria muitos anos mais tarde. O episódio da perda da mãe daria margem a importantes boatos no futuro. O pai, embora violento e alcoólatra, procurou dar-lhe a melhor formação intelectual possível no sertão, com a provável intenção de que o filho se tornasse padre:

[...] mandando ensinar o português, o latim e o francês, que o jovem Antônio começou a aprender com o professor Manoel Antônio Ferreira Nobre após receber a instrução mais elementar por parte do pai do capitão Raimundo Francisco das Chagas (NOGUEIRA, 1978, p. 4-5).

Antonio Conselheiro, além de outras ocupações profissionais, foi também escrivão do juiz de paz e solicitador. Com efeito, mostrou um volume de conhecimentos muito acima do que se esperaria para alguém criado em condições tão rústicas (Cf. CUNHA, s.d, p. 124). Além de escrivão do juiz de paz e solicitador, Conselheiro foi também advogado provisionado na cidade de Campo Grande e Ipu (Cf. NOGUEIRA, 1978, p.5).

Euclides da Cunha sempre se referiu com rudeza a Antonio Conselheiro, tratando-o como ignorante, e como um “gnóstico bronco”. Tais palavras talvez tenham sido adotadas para descaracterizar as verdadeiras qualidades intelectuais e morais de Conselheiro, pois este era dotado de instrução e de firmeza moral, e, por isso, não ficaria bem como vilão a ser

combatido. O que é certo sobre a formação de Antônio Vicente Mendes Maciel é a preocupação de seu pai com a educação. Assim, foi matriculado em um curso destinado ao sacerdócio, pois, em uma região totalmente desprovida de recursos, a carreira eclesiástica era uma maneira de se tornar letrado, o que significaria prestígio. Isso o tornou diferente não apenas da realidade do interior do sertão, mas da realidade do próprio Brasil, não ficando longe dos jovens membros das elites que eram destinados à carreira do bacharelado e do sacerdócio (SILVA, 2001, p. 41).

A morte do pai deixaria em Antônio Conselheiro uma marca profunda em sua existência, fazendo com que o futuro beato passasse a arcar com dificuldades familiares e financeiras. Em 1856 e 1857 teve de hipotecar alguns imóveis herdados de Vicente para pagamento de dívidas, e essas hipotecas mostram que, definitivamente o Conselheiro não nascera para o comércio. Assim tentou, ainda, nos três anos seguintes, salvar a casa comercial da família, porém fracassou, talvez por falta de vocação. Após casar as três irmãs, casou-se com Brasilina Laurentina de Lima, a sete de janeiro de 1857, em Quixeramobim. Esse casamento sofreu o boicote de sua madrasta e do major João Bernardo, seu principal credor. Brasilina era, segundo todos os relatos, uma mulher muito bonita, mas que herdara da mãe o gosto pela aventura amorosa (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 5).

Em 1858, Conselheiro liquidou os negócios de seu pai e foi lecionar português, aritmética e geografia. Em 1861 abandonou também o ofício de professor e tentou a sorte como caixeiro em Tamboril; depois se mudou para Campo Grande, onde se tornou caixeiro. Perdendo também esse emprego, o futuro beato tornou-se requerente no fórum de Ipu em 1861 (Cf. NOGUEIRA, 1978, p.5).

A partir do ano de 1858, a vida de Antonio Conselheiro começa a mudar radicalmente; nesse mesmo ano, sua esposa acabou dando-lhe o desgosto da traição com um soldado de polícia, João da Mata. Após a descoberta da traição, sua vida muda de ritmo e passa a percorrer todo o sertão. Cunha refere-se a esta fase da vida de Conselheiro como sendo a “Queda”. Talvez pela série de fatos desastrosos que acontecem em sua vida. Depois desses acontecimentos, ele desaparece (Cf. CUNHA, s.d, p.126). Para ilustrar, segue a transcrição das palavras de Euclides a respeito dessa fase difícil da vida de Conselheiro:

A queda

De repente, surge-lhe revés violento. O plano inclinado daquela vida em declive termina, de golpe, em queda formidável. Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial. Foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas, onde lhe não saibam o nome; o abrigo da absoluta obscuridade.

Desce para o sul do Ceará.

Ao passar em Paus Brancos, na estrada do Crato, fere com ímpeto de alucinado, à noite, um parente, que o hospedara. Fazem-se breves inquirições policiais, tolhidas logo pela própria vítima reconhecendo a não culpabilidade do agressor. Salva-se da prisão. Prossegue depois para o sul, à toa, na direção do Crato. E desaparece...

Passaram-se dez anos. O moço infeliz de Quixeramobim ficou de todo esquecido. Apenas uma ou outra vez lhe recordavam o nome e o termo escandaloso da existência, em que era *magna pars* um Lovelace de coturno reiúno, um sargento de polícia.

Graças a este incidente, algo ridículo, ficara nas paragens natais breve resquício de sua lembrança.

Morrera por assim dizer (CUNHA, s.d, p.126).

Entre os anos de 1858 e 1869, a presença de Conselheiro foi notada em muitos pontos do Ceará (Cf. NOGUEIRA, 1978, p.5). Euclides da Cunha também menciona esse período quando afirma que se passaram dez anos sem que tivessem notícias do Beato. Algum tempo depois, Antônio Conselheiro voltou ao Crato, aumentando as fileiras dos seguidores dos missionários sertanejos.

O objetivo primário de Conselheiro, como ele próprio admitiu num interrogatório policial, em 1876, era o de reformar igrejas e cemitérios. Isso, na época, era muito necessário no sertão, já que a Igreja Católica frequentemente não dispunha de recursos nem de operários para fazê-lo. Os padres não eram, muitas vezes, exemplo de boa conduta, vivendo no desregramento e na ignorância, o que levava os fiéis a seguirem os beatos, de preferência aos sacerdotes. Antônio Conselheiro foi apenas mais um desses beatos.

De 1877, pelo menos, até 1887, com a fundação do arraial de Canudos, a principal atividade do Conselheiro foi reformar igrejas e cemitérios. As obras realizadas em Itapicuru e Monte Santo o atestam. Evidentemente, os que o seguiam não o fizeram atrás da remuneração pelas obras, mas se dedicavam cada vez mais intensamente ao seu líder em função de sua pregação (Cf. CUNHA, s.d., p. 130). Conselheiro foi visto durante muito tempo apenas como um pregador religioso que ameaçava a república, e Euclides da Cunha não o retratou de forma diferente:

[...] era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível de sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além. Era um servo jungido à tarefa dura; lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível (CUNHA, s.d., p. 119).

Acerca disso cumpre acrescentar ,ainda, que:

A vinculação mais óbvia que se encontrou para ligar a figura e o discurso profético de Antônio Conselheiro foi através do sebastianismo, que de fato se encontrava e se encontra bastante difundido no folclore brasileiro. Esse sistema profético de origem portuguesa consiste, essencialmente, na crença no regresso do Rei D.Sebastião. Existem muitas variantes acerca da forma que poderia adquirir esse retorno, mas de modo geral ele consiste numa espera escatológica que cessará com o retorno de D. Sebastião (MACEDO, 2004, p. 23-31).

É relevante mencionar que todas as impressões que Euclides da Cunha formou sobre Antonio Conselheiro foram baseadas em relatos, em sua maioria orais, já que ele não teve nenhum contato direto com o beato. Também parece se utilizar dos recursos próprios de sua imaginação de literato. Segundo o autor, a poesia encontrada em Canudos, e que tem como tema a Guerra, é vista como tendo uma importância pequena ou que seria irrelevante para o estudo, pois seria apenas efeito das prédicas do Conselheiro, e, portanto, fruto de uma imaginação e comportamento insano.

O termo mais utilizado por Euclides da Cunha para explicar o fenômeno religioso canudense é o atavismo. Relata ainda que a religião local passava por uma reatualização e que isso seria um fenômeno típico do atavismo. Os sertanejos, como componentes de uma sub-raça isolada por trezentos anos, permaneceram alheios ao desenvolvimento cultural, intelectual, religioso e tecnológico acontecido na região litorânea do Brasil. Seguindo essa interpretação e aplicando-a a Antônio Conselheiro, este surge como um homem portador de características de um ranço religioso antiquíssimo, sendo que tais características teriam sido determinadas pela sua própria hereditariedade.

Foi com base nas considerações acima, que Euclides traçou as características do líder religioso Antônio Conselheiro, conseguindo assim enquadrá-lo nos parâmetros das concepções científicas que orientaram seu trabalho. Concepções estas, muitas das quais, desmentidas e desacreditadas uma vez que: “[...] *Os sertões* foram concebidos e escritos à luz de conclusões recentes e fugaces de uma pseudociência do século XIX” (NOGUEIRA, 1978, p. 30). Lembrando também que:

Os postulados desta “ciência” (sic) improvisada não resistiram à crítica do século XX. Geologia, biologia, botânica, geografia, meteorologia,

sociologia, antropologia, etnologia, psicologia, psiquiatria, ciências médicas, história, criminologia, justiça social e outros ramos do saber viram a renovação completa dos seus postulados, neste século, com o desmentido de quanto afirmavam. O avanço científico, no nosso século, foi surpreendente e desmedido (NOGUEIRA, 1978, p. 31).

Na visão de Euclides da Cunha, o beato é um falso profeta, um representante fiel da religião retrógrada do sertão. Em quase todas as referências, Antônio Conselheiro aparece em um tom desdenhoso. Para o autor, Conselheiro era um desequilibrado mental, um exemplo de atavismo, um caso raro de retorno de uma mentalidade religiosa antiga. Para demonstrar com maior clareza e maior fidelidade o pensamento do autor a respeito de Antônio Conselheiro, faremos uso dessa longa citação, extremamente esclarecedora:

É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária - Antônio Conselheiro...

A imagem é corretíssima.

Da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto o infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais - vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade.

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensavam no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de reveses, e elas refluíram, depois, mais fortemente, sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo da sua consciência delirante.

É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...

Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanhá-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos.

Considerando em torno, o falso apóstolo, que o próprio excesso de subjetivismo predisusera à revolta contra a ordem natural, como que observou a fórmula do próprio delírio. Não era um incompreendido. A multidão aclamava-o representante natural das suas aspirações mais altas. Não foi, por isto, além. Não deslizou para a demência. No gravitar contínuo para o mínimo de uma curva, para o completo obscurecimento da razão, o meio reagindo por sua vez amparou-o, corrigindo-o, fazendo-o estabelecer encadeamento nunca destruído nas mais exageradas concepções, certa ordem no próprio desvario, coerência indestrutível em todos os atos e disciplina rara em todas as paixões, de sorte que ao atravessar, largos anos, nas práticas ascéticas, o sertão alvorotado, tinha na atitude, na palavra e no gesto, a tranquilidade, a altitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo.

Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranóia, de Tanzi e Riva.

Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de atavismo.

A constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhes as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma regressão ao estágio mental dos tipos ancestrais da espécie (CUNHA, s.d., p. 117-118).

Parece-nos que Euclides utiliza, de um modo bastante singular, a teoria histórica, empregada especialmente por Nietzsche a respeito do eterno retorno. Para Nietzsche (1983), haveria um movimento circular da história com o conseqüente retorno de idéias, mentalidades e até mesmo hábitos e costumes:

[...] O tempo sim, em que o todo exerce sua força é infinito, isto é, a força é eternamente igual e ternamente ativa: – até este instante já transcorreu uma infinidade, isto é, é necessário que todos os desenvolvimentos possíveis já tenham estado aí. Conseqüentemente o desenvolvimento deste instante tem de ser uma repetição, e também o que o gerou e o que nasce dele e assim por diante, para frente e para trás! Tudo esteve aí inúmeras vezes, na medida em que a situação global de todas as forças sempre retorna. Se alguma vez, sem levar isto em conta, algo igual esteve aí, é inteiramente indemonstrável[...].

[...] não há mais nenhuma possibilidade nova e é necessário que tudo já tenha estado aí, inúmeras vezes. (NIETZSCHE, 1983, P. 387).

Seguindo ainda a definição de Nietzsche (1983): “O curso circular não é nada que veio a ser, é uma lei originária, sem exceção nem transgressão. [...]” (NIETZSCHE, 1983, P. 389).

Para Euclides da Cunha, Antônio Conselheiro encarnava os caracteres negativos da sub-raça sertaneja e sendo um falso apóstolo, possuidor de uma personalidade um tanto quanto carismática, conseguia, aliado à ignorância dos demais de sua região, se sobressair como um forte líder religioso. Ainda segundo o autor, ele era portador de raros estigmas atávicos.

Conforme Nogueira (1978), o exame do crânio de Antônio Conselheiro; com esta demonstração Nogueira tenta demonstrar que Euclides da Cunha errou ao afirmar que Antônio Conselheiro era portador de uma enfermidade psicológica herdada geneticamente.

Nina Rodrigues, ao proceder ao exame do seu crânio, não tem diante de si um homem vivo, real, completo. Concebia o homem como mecanismo, mas a realidade é que o homem não é mecanismo. No caso, o que analisa, é apenas parte dum cadáver (NOGUEIRA, 1978, p. 33).

Então, é concluída a prova que Antonio Conselheiro é mentalmente normal:

Mas é honesto. Ao cabo do minucioso exame, segundo os cânones da escola positiva, conclui assim: “O crânio de Antônio (sic) Conselheiro não apresenta nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência” (NOGUEIRA, 1978, p. 33).

Ataliba Nogueira (1978), conforme o que foi citado no parágrafo anterior, tentou mudar a idéia deixada por Euclides da Cunha de que Antônio Conselheiro fosse mentalmente insano e que fosse portador dos raros estigmas atávicos oriundos do cristianismo antigo.

Ao poeta é dada a liberdade de utilizar-se da ficção para realizar seu trabalho, mas ao historiador não se concede tal liberdade, pelo menos no momento de fazer afirmações, ainda mais sobre um ser humano que existiu no plano da realidade e não apenas no plano da ficção, como foi o caso de Conselheiro. As pessoas viam em Antônio Conselheiro um líder forte, capaz de lutar por suas aspirações e pela satisfação de suas necessidades. Talvez seja esse o fator de maior relevância na elevação de Conselheiro à posição de líder espiritual daquele povo. Conselheiro representava uma esperança para um futuro melhor:

Erguiam-se na praça, revestidos de folhagens, as latadas, onde à tarde entoavam, os devotos, terços e ladainhas; e quando era grande a concorrência, improvisava-se um palanque ao lado do barracão da feira, no centro do largo, para que a palavra do profeta pudesse irradiar para todos os pontos e edificar todos os crentes (CUNHA, s.d., p. 131).

Euclides da Cunha sempre consegue encontrar um detalhe negativo em Conselheiro, como por exemplo, na citação seguinte em que critica desfavoravelmente sua oratória:

Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas

Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextrincável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas [...] (CUNHA, s.d., p. 131).

Antônio Conselheiro carregava sempre consigo papel, pena e tinta. Tal informação revela que tinha o hábito da escrita e que, por conseguinte, não era um iletrado ou analfabeto. Em seu discurso, Euclides da Cunha parece dar sempre mostras de zombarias; se referindo aos locais das pregações como sendo uma cena teatral. O discurso do autor é permeado de total desconsideração pelo culto religioso sertanejo. Escreve como quem é incapaz de compreender o semelhante. Pois o sujeito Euclides da Cunha não se assemelha com a realidade local.

O autor parece considerar as prédicas de Conselheiro como sendo apenas uma manifestação de sua loucura. No decorrer de sua análise, atrela juízos de valores negativos a respeito dele e de suas prédicas em uma cena, afirmando que ambos se ajustam a uma mesma situação da falta de cultura. O autor de *Os sertões* considera as prédicas de Conselheiro como sendo apenas um amontoado de preceitos vulgares, fruto de uma mente insana e primitiva. Para justificar suas afirmações a respeito de Conselheiro, cita quase sempre, as prédicas mais truncadas e confusas, talvez com intuito de incutir na mentalidade do leitor a sua visão particular de religiosidade.

Os comentários a respeito do conteúdo das prédicas são elaborados no sentido de apresentá-las como provas do que seria o atraso cultural e religioso dos sertanejos. Nota-se, ainda, que os fatos apresentam-se de maneira a contribuírem para a confirmação das teorias históricas, etnológicas e antropológicas elaborados *a priori* pelo próprio Euclides da Cunha.

É de extrema importância salientar que os fatos analisados pelo autor não foram observados *in loco*, mas, informados por pessoas que supostamente presenciaram os fatos. Os comentários e as críticas são feitos a partir das impressões de tais testemunhos, o que pode, historiograficamente falando, dar como resultado uma distorção da realidade. O método historiográfico de investigação oral, ou a história oral, como alguns preferem denominar, é muito utilizada atualmente, porém, para que seja válido, é necessário confrontar várias informações e, é preciso também, ter a certeza da vivência *in loco* do depoente. Uma fonte oral não confiável não seria apenas aquela que não presenciou os fatos, mas também aquela que pode ter presenciado e que, porém, o relatou de maneira tendenciosa e parcial.

O Conselheiro foi visto por Euclides da Cunha e por muitos dos leitores de *Os sertões* como líder espiritual desorientado e de mente doentia, provindo de uma seita que viveu à

margem da Igreja Católica Oficial. Algumas das prédicas e alguns discursos de Antônio Conselheiro foram reunidos, de forma manuscrita, em um caderno o qual foi encontrado em Canudos, no dia 5 de outubro de 1897 – dia da tomada definitiva do arraial de Canudos – por João de Sousa Pondé, um estudante de medicina do sexto ano e que participou da campanha como cirurgião da última expedição militar. Os manuscritos foram doados pelo estudante de medicina ao escritor baiano Afrânio Peixoto, que, por sua vez, passou-os a Euclides da Cunha, quando *Os sertões* já estava publicado. Entretanto, o autor morreu poucos meses depois e não se sabe se teve tempo de folhear os manuscritos. “Passamos agora a comentar a obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. A obra é genuína, como podemos ler na página que precede à folha de rosto” (NOGUEIRA, 1978, p. 22).

O manuscrito é composto por quatro partes. A primeira é intitulada “Os mistérios de Maria”, e consta de 29 mistérios. A segunda nomeia-se “Os Dez Mandamentos da Lei de Deus” e, se apresenta em forma de comentários e pregações da doutrina, sendo subdividida em dez partes. Já a terceira parte é composta de textos extraídos da Bíblia e parecem estar devidamente identificados. A quarta e última, nomeada “Prédicas de Circunstâncias” e “Discursos”, é formada por assuntos variados, porém relacionados com as idéias de Antônio Conselheiro a respeito dos símbolos, ritos e sacramentos católicos. Ao final da obra, existe uma manifestação de Conselheiro a respeito da República.

A leitura da escrita de Antônio Conselheiro faz com que o leitor de *Os sertões* se surpreenda e passe a fazer questionamentos a respeito do discurso de Euclides da Cunha. Os textos apresentam um bom nível de organização e seguem uma distribuição muito lógica dos assuntos, estando gramaticalmente bem estruturados. No que diz respeito ao conteúdo religioso, nota-se um grande equilíbrio, distante do que é narrado por Euclides da Cunha. Não há nenhuma forma de incitação a violência e parecem estar em acordo com os preceitos da Igreja Católica. Assim, cabe ao leitor perguntar: seria o Conselheiro o homem mentalmente insano descrito em *Os sertões*? Ou seria ele um líder religioso equilibrado em busca de uma prática religiosa e social que pudesse trazer mais dignidade e mais conforto aos que o seguiam?

Neste ponto, observa-se a existência de uma prática religiosa alternativa e de caráter popular, influenciadas, possivelmente, pelas condições sociais, culturais, políticas e econômicas da região sertaneja. É possível levar em consideração, ainda, o fato de que o medo do sofrimento e da morte ante a intervenção militar tenha produzido momento de exaltação e de fervor religioso, talvez nos moldes dos soldados cristãos durante as cruzadas

que costumavam ter visões milagrosas de todos os tipos. O que levou as pessoas do sertão a congregarem-se em torno de Antonio conselheiro foram as injustiças sociais e políticas (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 21).

Sabe-se que a origem do choque armado entre forças do exército e os canudenses foi a leviandade do Juiz de direito Arlindo Leoni, e o que motivou as guerras foram as lutas partidárias entre os republicanos. Os canudenses, sob a chefia de Antonio Conselheiro, usaram do sagrado direito de legítima defesa de suas pessoas e bens.

Sem conhecimento real da obra do beato, as prédicas são consideradas por Euclides da Cunha como extravasamento de sua loucura. Assim, ao longo de sua análise, concatena juízos negativos, num quadro em que se ajustam como resultantes da mesma situação de incultura. O beato é visto como um "orador bárbaro", "truanesco", "pavoroso", "bufão arrebatado", enfim, um "heresiarca". Enquanto isso, as prédicas são consideradas "truncadas", "abstrusas", "desconexas", "preceitos vulgares", enfim, "insânia formidável". Euclides da Cunha parece citar sempre algumas passagens das prédicas, as mais truncadas e confusas possíveis, para corroborar as suas afirmações e apontar nelas "a revivescência de aberrações extintas".

O autor parece articular os comentários acerca do conteúdo das prédicas no sentido de mostrá-las como prova do que seria um estágio retrógrado, uma clara demonstração do atraso cultural dos sertanejos em sua expressão religiosa. Nota-se, no entanto, que os fatos, na verdade, são arrolados para preencherem um lugar de antemão demarcado na cadeia explicativa euclidiana, por meio de formulações conceituais previamente estabelecidas. Por outro lado, os fatos analisados não foram observados diretamente pelo escritor, mas sim informados por "testemunhas existentes". Dessa forma, os comentários e críticas são feitas a partir de impressões de testemunhas que não eram partidárias do pregador. Observa-se que tanto os depoentes quanto o analista observam os fatos de uma posição "de fora", submetendo-os a preconceitos e prejulgamentos.

Nesse sentido, a abordagem das práticas religiosas dos conselheiristas perde de vista a sua inserção no espaço sertanejo, como uma forma de resistência e como uma alternativa de sociabilidade religiosa. Assim, como líder espiritual de uma igreja, à margem da instituição religiosa oficial, situada nos parâmetros positivistas de civilização, Conselheiro é visto como um "desnorteado apóstolo" em "missão pervertedora" que "reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade".

Ataliba Nogueira relata que "o autor de *Os sertões* não conheceu nenhum manuscrito de Antônio Conselheiro" e por isso não poderia escrever de forma imparcial, sem

envolvimento; como é possível observar no que já foi exposto anteriormente, Cunha foi enviado para Canudos com interesses pessoais (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 28).

“As prédicas” retratam o pensamento de Antonio Conselheiro, por meio de seu discurso. Os manuscritos ficam assim divididos: Horas Marianas, que reúnem grande número de preces e outros atos de piedade, e a Missão Abreviada. Num contexto geral, as Prédicas eram ortodoxas, instrutivas e persuasivas. (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 29).

Conselheiro impôs a si mesmo, como líder espiritual, uma série de limitações: jamais batizou, casou ou rezou missa, os padres sempre foram bem-vindos em Canudos, exatamente por poderem officiar aquilo que estava fora do alcance do líder do arraial. Não há, ainda, nenhum traço de expectativa escatológica militante do tipo da que vimos ser caracteristicamente sebastianista, mas apenas uma escatologia discreta voltada para a salvação individual da alma, que em momento algum proclama o fim dos tempos como evento que tenha lugar no mundo natural (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 30).

A leitura dos textos de Conselheiro desconstrói aquela imagem formada pelas palavras de Euclides da Cunha e da imprensa na época. Em tal leitura, o bárbaro, o Quasímodo e o gnóstico bronco desaparecem. Quanto ao conteúdo dos ensinamentos e da moral religiosa, observa-se que não há motivo para considerá-los "misticismo doentio", ou resultado de "loucura coletiva". Trata-se, na verdade, de uma prática religiosa alternativa e popular que, diante das condições socioculturais e políticas do espaço sertanejo e do embate provocado pela intervenção militar, acabou ganhando um relevo histórico especial (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 35-36).

Com efeito, os discursos que expressam os traços da personalidade e a natureza da liderança de Conselheiro ajudam a esclarecer melhor seu perfil, em contraposição aos traços negativos estampados em *Os sertões*. O discurso "sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antônio" (NOGUEIRA, 1978, p. 170-173) revela um líder religioso humilde, sem fanatismo, com um texto estruturado que esclarece posições e idéias de forma clara e inteligível. Nesse discurso, o beato agradece a todos que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços para a edificação da igreja, prometendo-lhes a recompensa do Bom Jesus. Em seguida, explana sobre o surgimento do catolicismo, sobre o sacrifício de Cristo para a remissão do pecado original e a importância da obediência aos "Mandamentos da Lei de Deus" (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 107-143). Posteriormente, faz observações restritivas ao Judaísmo por continuar reverenciando Moisés e não aceitar os princípios da religião cristã.

Ao lado disso, critica aqueles que, em seu entendimento, se movem pela incredulidade, espalhando doutrinas falsas e errôneas aos ignorantes. Como exemplo, cita

judeus, maçons, protestantes e republicanos, acusando os últimos de perseguir a religião do Bom Jesus. Em função desse fato, reafirma a importância da igreja como forma de congregação. Portanto, a Igreja é a congregação dos fiéis que, por dever indeclinável, devem curvar-se reverentemente diante de Deus, rendendo-lhe as devidas adorações, invocando o seu nome com amorosa confiança, tendo por certo que Deus lhes será propício, concluindo seu discurso contando a parábola do semeador (Cf. NOGUEIRA, 1978 p. 173).

A respeito do trabalho de evangelização e seus diferentes graus de recepção, observa-se, enfim, no texto, que fica clara a compreensão do Conselheiro acerca do catolicismo, suas origens e fundamentos bíblicos. Nota-se, ainda, que as citações bíblicas são pertinentes e lógicas, sendo encaixadas de forma aceitável no discurso, com um tom persuasivo e evangelizador.

Ao tratar de questões que envolviam a república em seu discurso, Antônio Conselheiro tece comentários sobre política, embora sempre determinado pela religião. A premissa fundamental do texto é a de que a República deseja acabar com a religião e por isso é nociva ao povo sertanejo. A República é criticada, vista como um grande mal para o Brasil, e sua implantação é debitada à incredulidade do homem. Na óptica de Conselheiro, a deposição do monarca contrariava a vontade divina, pois, segundo ele: "Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus" (Cf. NOGUEIRA, 1978, P. 177), permanecendo sobre um princípio falso e dele não é possível tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo, porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si só, é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, manifestando uma ofensa de sua divina lei.

Tratava-se, portanto, de uma questão de princípio sustentada por um dogma religioso, que fundamentava sua posição contrária ao regime republicano. Em função disso, Conselheiro acredita que a República, o novo regime, não triunfará por ser "filha da incredulidade", defendendo o direito da família real que considera "legitimamente constituída para governar o Brasil" (Cf. NOGUEIRA, 1978, P. 177). Criticando a instituição do casamento civil pelos republicanos, comenta aspectos do regime escravocrata e exalta a abolição como um feito da Princesa Isabel em obediência à determinação divina. Em seguida, despede-se manifestando o desejo de que os ouvintes correspondam "com aquela conversão sincera" (Cf. NOGUEIRA, 1978, P. 177), ou seja, com a adesão à causa religiosa e se colocando contra a ordem republicana. É notório que as razões do pregador eram puramente religiosas. Combater a República era defender a religião, e sem dúvida, sua compreensão do processo histórico é limitada e politicamente equivocada, portanto, analisa-o apenas do ponto de vista de sua

crença religiosa. Contudo, conservador em seu modo, o discurso “conselheirista” tem uma argumentação explicativa e persuasiva, sem nenhum traço ou tom impositivo. Trata-se de um discurso embasado em idéias passíveis de discordância, de rejeição e de crítica.

No entanto, é forçoso reconhecer a sua boa estruturação gramatical e a seqüência lógica de sua cadeia argumentativa, como texto organizado por uma mente sadia. As prédicas e os discursos, longe de denunciarem-no como "heresiarca", "insano" ou "fanático", acabam apresentando-o como líder religioso humilde, sóbrio e consciente da importância congregadora da religião para os sertanejos. Já, sob o ponto de vista de Euclides da Cunha, homem culto, munido de um instrumental analítico fundamentado nas teorias científicas da época e, particularmente, defensor da República enquanto ideal e como resultante natural do progresso da civilização, as afirmações dos sertanejos não são aceitas como válidas sequer para debate ou reflexão política.

O autor insistentemente rotulava as pregações de Conselheiro, ainda que sem ouvi-las, como sendo manifestações do pensamento retrógrado, próprias de um estágio atrasado de civilização, em que se encontrariam os sertanejos. Paradoxalmente, a constatação e a avaliação negativa do ideário canudense se tornam, na cadeia argumentativa de Euclides da Cunha, um dado favorável a Canudos no julgamento político da intervenção militar.

Com a intenção de caracterizar fortemente Antonio Conselheiro, Cunha atribuiu ao misticismo sertanejo elementos de monstruosidade, sustentando que o beato representava em si mesmo a síntese desta sociedade. Para o autor de *Os sertões*, Conselheiro obteve dar um sentido, uma espécie de arremate final para o conjunto desconexo e ambíguo da sociedade religiosa sertaneja. E a única possibilidade de organização naquela sociedade, definida pelo autor como sendo caótica, seria a que fosse exercida por meio do misticismo, já que poderia unir os elementos dispersos pela diversidade racial. Com esse pensamento, Euclides da Cunha afirmava que a consciência dos sertanejos só poderia atuar quando motivada por estes elementos característicos do misticismo.

Enfim, a sociedade sertaneja não era suficientemente amadurecida para compreender fatos contemporâneos, como, por exemplo, o advento da República, pois tudo tinha que ser-lhes ensinado por meio do misticismo. Os rituais e os discursos religiosos de Conselheiro representavam os atrasos e os delírios da mentalidade sertaneja que era incapaz de compreender algo que não lhe fosse ensinado de maneira religiosa. É assim que o autor conclui, que essa sociedade - a dos sertanejos - era incompatível com os elementos da civilização, e Antônio Conselheiro foi caracterizado como o representante máximo dessa civilização considerada inculta e atrasada.

2.2 A religião sertaneja

A abordagem das práticas religiosas dos seguidores de Conselheiro parece perder a tonalidade, tornando-se uma névoa cinzenta e quase transparente quando se tenta ver nela uma forma de resistência a certas imposições da Igreja Católica Oficial, do Estado Republicano e da sociedade em geral. Tal névoa cinzenta e rarefeita é fruto, possivelmente, desse discurso de Euclides da Cunha.

Ao tratar da religião mestiça, Cunha nos dá a explicação de que o movimento de Canudos era muito mais religioso que político e, ainda, que tal religiosidade era um tanto quanto tosca e primitiva, mesclada de elementos da teologia cristã e de lendas européias, africanas e brasileiras. Na longa citação que adiante se expõe, poderemos identificar melhor o percurso do autor:

Religião mestiça

Insulado deste modo no país que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta.

O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

A sua religião é, como ele -mestiça.

Resumo dos caracteres físicos e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais. É um índice da vida de três povos. E as suas crenças singulares traduzem essa aproximação violenta de tendências distintas. É desnecessário descrevê-las. As lendas arrepiadoras do *caapora* travesso e maldoso, atravessando célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luares claros; os *sacis* diabólicos, de barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os *lobisomens* e *mulas-sem-cabeça* noctívagos; todos os mal-assombramentos, todas as *tentações do maldito* ou do diabo -esse trágico emissário dos rancores celestes em comissão na terra; as rezas dirigidas a S. Campeiro, canonizado *in partibus*, ao qual se acendem velas pelos campos; para que favoreça a descoberta de objetos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para *amarrar e vender* sezões; todas as visualidades, todas as aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida, são explicáveis (CUNHA, s.d., p. 109-110).

Uma compreensão mais aprofundada a respeito dos movimentos religiosos no Brasil, e em especial os messiânicos, surge no momento em que se analisa a situação social, econômica e política das comunidades envolvidas nestes movimentos. Mas para realizar tal exame deve-se inserir a comunidade ou grupo estudado dentro de um âmbito maior do que simplesmente o de adeptos, ou melhor, deve-se inseri-los no âmbito da região e da nação. Nos casos mais antigos, parece que apenas é questionada a estrutura geral do país, isto é, as diferenças econômicas e étnicas elevando certos conjuntos de indivíduos e deixando outros em situação de inferioridade.

É interessante recordar também que estes movimentos - sociais e/ou religiosos - aconteceram enquanto existia a escravidão, mas esta não é mencionada claramente por Euclides da Cunha, o que mostra que nesses movimentos predominava a participação de homens livres. A questão dos escravos, no âmbito de Canudos e das pregações, surge com um pouco mais de clareza quando se analisam alguns documentos referentes ao início dos trabalhos de Conselheiro. É conhecido o fato de que muitos escravos fugiam de seus senhores para se juntar a ele, assim, devemos recordar que no auge do Movimento de Canudos, a questão da libertação dos escravos já havia sido descartada. Portanto, não existia mais a necessidade de tais reivindicações, a abolição já tivera lugar num passado mais antigo e não havia razão para aparecer entre as reivindicações.

Essas observações explicam, talvez, a falta de uma menção mais enfática aos escravos por parte de Euclides da Cunha e também de outros estudiosos do período, reforçando, também, a idéia de que predominava nestes movimentos as reivindicações dos homens livres, já que a escravidão, apesar de continuar existindo em muitos lugares, ainda que de maneira ilegal, já não era mais um problema tão grave, pois havia sido oficialmente abolida.

Cabe lembrar, ainda, que a condição de escravo era, nessas primeiras três décadas do século XIX, tão comum que não haveria razão para reivindicações de vertente religiosa. Com esse argumento, justifica-se mais uma vez a posição de Euclides da Cunha e a de Antônio Conselheiro, o fato de ambos não terem sido enfáticos ao tratarem da participação dos negros e escravos no movimento de Canudos. Outro ponto que vale lembrar, ao tratar da questão messiânica no Brasil do século XIX, é a da modificação da figura de Dom Sebastião, que pode também ser explicado dentro do mesmo quadro de referências sociais, econômicas e políticas.

É com relação às reclamações políticas, que são muito intensas, que a figura de Dom Sebastião assume o aspecto de guerreiro, sendo essa a única forma capaz de questionar a legitimidade da forma de governo então existente, ou seja, a República, e que viera substituir

a anterior, que era considerada por estes partidários de Conselheiro a única legítima. Para os monarquistas havia, naquele momento, a necessidade de substituir uma estrutura política por outra, o que significava substituir os atuais detentores do poder pelos seus antecessores. Sabia-se que tal inversão não seria feita sem conflitos sangrentos; toda a estrutura dos sertões nacionais - fossem eles do interior do Nordeste, ou os que se situavam entre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - fora construída a partir da instalação dos donos das sesmarias e de posseiros que, com suas famílias e seus agregados, punham-se a cultivar a terra, a criar gado, a construir a economia local e regional.

As populações dessas regiões estavam fortemente ligadas a uma tradição de governo monárquico, fora esta forma de governo que lhes propiciara o acesso às suas propriedades, essa população sabia ser impossível o retorno da forma de governo monárquico sem os combates armados. Aqui temos mais uma vez a possibilidade do reforço da figura do jovem Rei Guerreiro, que segundo a profecia, um dia voltaria para governar. As lendas referentes ao retorno do Rei Dom Sebastião eram muito fortes no imaginário português e também no Brasil (Cf. PRIORE, 1994, p. 56-58).

O fato de muitos grupos preferirem um governo monárquico tem ligação com um pensamento lendário e com os tempos em que se justificou demasiadamente a necessidade da criação e, posteriormente, o fortalecimento da natureza divina dos reis, idéias estas utilizadas para reforçarem a necessidade de criação do Estado Absolutista.

No início das pregações de Antônio Conselheiro, e pela época da formação da comunidade no Arraial do Bom Jesus até quando se instalou em Canudos, o Imperador Dom Pedro II ainda estava vivo, pois falecera apenas em 1891, na Europa. Possivelmente, esse fato da existência do Imperador, apesar da extinção do regime monárquico, fortaleceu as convicções dos que queriam o retorno da monarquia.

As reivindicações socioeconômicas e políticas são formuladas por meio de um sistema de imagens provenientes da antiga metrópole. Não se trata aqui do invólucro propriamente religioso - a religião católica - que, compondo um conjunto de crenças encontradas nas coletividades analisadas, formava o que se poderia chamar de "imaginário cotidiano", isto é, uma representação viva e sensível dos valores que comandavam as atividades práticas e as relações entre os indivíduos, que estavam corporificadas em preceitos e normas, em rezas, e em figuras de santos nos altares. Alude-se a uma parte da religião, que repentinamente passava a ser a base de outro tipo de organização sociopolítica, pois tanto o romance de Carlos Magno e dos Doze Pares de França, como a lenda do Rei Encoberto, que se formara em torno de Dom Sebastião, rei de Portugal, entrosavam-se no grande complexo do

catolicismo e, por meio dele, no cristianismo, como partes do santo combate entre cristãos e infiéis. A dimensão imaginária subitamente se corporificava neste último caso, subitamente se solidificava na realidade e a transformava.

Deve-se considerar que Religião e História são elementos fundamentais a serem considerados no estudo dos movimentos messiânicos em geral; o imaginário presente nesses movimentos pertence ao mesmo tempo ao cristianismo e ao passado histórico. Para que esse imaginário ressurgja, é necessário sempre um conjunto de circunstâncias socioeconômicas e políticas, sendo que tais circunstâncias foram encontradas em Canudos:

Fatores históricos da religião mestiça:

Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças. Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização.

Este último é um caso notável de atavismo, na História.

Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelizadores e messias singulares, que, intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificados de flagícios, encaçados sempre pelos sequazes numerosos, que fanatizam, que arrastam, que dominam, que endoudecem -espontaneamente recordamos a fase mais crítica da alma portuguesa, a partir do século XVI, quando, depois de haver por momentos centralizado a História, o mais interessante dos povos caiu, de súbito, em decomposição rápida, mal disfarçada pela corte oriental de D. Manuel.

O povoamento do Brasil fez-se, intenso, com D. João III, precisamente no fastígio de completo desequilíbrio moral, quando «todos os terrores da Idade Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular».

Uma grande herança de abusões extravagantes, extinta da orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta. Trouxeram-na as gentes impressionáveis, que afluíram para a nossa terra, depois de desfeito no Oriente o sonho miraculoso da Índia. Vinham cheias daquele misticismo feroz, em que o fervor religioso reverberava à candência forte das fogueiras inquisitoriais, lavrando intensas na Península. Eram parcelas do mesmo povo que em Lisboa, sob a obsessão dolorosa dos milagres e assaltado de súbitas alucinações, via, sobre o paço dos reis, ataúdes agoureiros, línguas de flamas misteriosas, catervas de mouros de albornozes brancos, passando processionalmente; combates de paladinos nas alturas... E da mesma gente que após Alcácer-Quibir, em plena «caquexia nacional», segundo o dizer vigoroso de Oliveira Martins, procurava, ante a ruína iminente, como salvação única, a fórmula superior das esperanças messiânicas.

De feito, considerando as desordens sertanejas, hoje, e os messias insanos que as provocam, irresistivelmente nos assaltam, empolgantes, as figuras dos profetas peninsulares de outrora -o rei de *Penamacor*, o rei da *Ericeira*, errantes pelas faldas das serras, devotadas ao martírio, arrebatando na mesma idealização, na mesma insânia, no mesmo sonho doentio, as multidões crendeiros.

Esta justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobras. Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na

mesma atmosfera moral dos iluminados que enalçavam, doudos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do *sebastianismo*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte. Mas não antecipemos (CUNHA, s.d, p. 110 - 112).

Outro fator a ser considerado é que, ao iniciar a construção de um novo grupo social, este tende a ser diverso do anterior, diverso em costumes, crenças, entre outros. Muitas vezes, o novo grupo social inspira-se em crenças de grupos que os precedera. Sendo assim, vemos reforçada a necessidade de estudar mais minuciosamente as características sociais, econômicas e políticas dos movimentos messiânicos. Claro que tal estudo não deverá jamais ser dissociado da análise histórica e religiosa. Dessa maneira, pode-se atingir um outro patamar de compreensão mais elevado do que aquele que se atinge quando se estudam tais movimentos partindo por caminhos separados, ou seja, aqueles caminhos que levam a analisar de maneira separada a História, a Religião, a Política e as questões sociais e econômicas envolvidas no processo de formação de tais grupos.

Outra observação importante a ser feita é a que se relaciona às coletividades que buscaram modificar a sociedade em que viviam se orientando apenas pela memória coletiva e não por um conjunto de idéias que lhes apontassem o futuro. Essas sociedades sonhavam com um retorno aos hábitos e modos de vida do passado, esses hábitos não seriam frutos de uma criatividade original, mas, uma cópia de modelos do passado. Tais coletividades não foram sempre profundamente conservadoras, tanto no modelo da vida urbana, quanto no tipo de líder que as orientava. Esses líderes se orientavam sempre pelos ideais de heróis e santos do passado, neles havia quase sempre uma mistura de santo guerreiro. O aspecto de santo era em geral inspirado nos apóstolos e pregadores cristãos e o estilo guerreiro inspirava-se quase sempre nos cavaleiros medievais. As figuras do santo e a do guerreiro eram, quase sempre, resgatadas nos sertões do nordeste brasileiro pela literatura de cordel, que constantemente revivia tempos míticos.

A imagem do rei como representante de Deus aparece na antiguidade, especialmente entre os Judeus. Sobre tal fato encontramos fartos relatos no Antigo Testamento e em outros documentos. Essa imagem também foi reforçada na Idade Média e Moderna, quando se afirmava e se difundia a teoria do direito Divino do reis. Já na Idade Moderna, temos Jean Bodin e Jaques Bossuet como idealizadores e difusores dessa teoria.

Encontra-se muito facilmente, entre os grupos messiânicos e milenaristas, o culto à imagem do santo guerreiro. A imagem do santo era quase sempre inspirada nos apóstolos de

Jesus e nos mártires cristãos dos primeiros séculos da Era Cristã. A imagem do herói era em geral inspirada nos cavaleiros andantes da Idade Média, o que mostra a literatura de cordel, que difundia tais mitos. Essa literatura, como qualquer outra, demonstrava as crenças dos sertanejos e os inspirava na busca desses ideais.

A crença em Dom Sebastião foi uma criação da história, intervindo no imaginário coletivo dos brasileiros. Essa criação surgiu, especialmente, em decorrência de uma situação sociopolítica e econômica específica que tornou ativa a crença e, por sua vez, criou um novo fato histórico.

É interessante observar que, sob esse ponto de vista, a luta necessária não seria feita por meio da força militar, mas por meio da educação das letras, e, no estabelecimento de um processo de introdução dos sertanejos ao progresso, incorporando-os à nacionalidade. Esta constatação abre o caminho para a autocrítica e para a revisão de idéias anteriores. Euclides da Cunha interpreta em *Os sertões*, a intervenção militar como um erro histórico, como um "crime da nacionalidade", uma luta fratricida, como comprova a passagem que se segue:

Não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é infelizmente de ataque.

Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará (CUNHA, s.d, p. 481).

É notória a presença de críticas às instituições da época: à Igreja e aos governantes. Estas instituições não permitiriam, enquanto detentoras da verdade, questionamentos e nem aceitariam outras teorias ou opiniões. Tais instituições fariam sempre uso de uma violência desnecessária, opondo um povo miserável à brutalidade do soldado “civilizado”, que revela em si forças desconhecidas e primitivas. Ao ver o massacre da população, o autor se põe contra o Exército em geral, por permitir a utilização de uma violência bárbara.

É possível notar, no texto, a questão hermenêutica, que segundo Euclides da Cunha, a interpretação da palavra divina como verdade amparou tanto a retórica dos conselheiristas como a da Igreja. Sabe-se que o problema de interpretação sempre existiu, até mesmo as palavras de Cristo, que, livremente interpretadas, deram origem à formação de várias seitas entre os séculos I e III.

Segundo Euclides da Cunha, o Estado e a Igreja não possuíam um lugar bem estabelecido nesse universo social, como exposto anteriormente; a partir das categorias de espaço e tempo, o sertão era uma região que enfrentava outra etapa evolutiva da história, além de não possuir um tipo racial definido. Com efeito, o autor fez uma crítica ao Estado brasileiro, sustentando que havia uma problemática fundamental na ausência de um tipo racial no Brasil, elemento decisivo para a compreensão do sertanejo e da organização política de cunho religioso estabelecida em Canudos. Os sertanejos eram movidos pelo fetichismo religioso, a partir do qual compartilhavam a resolução das suas ambiguidades, incapazes de compreender o regime republicano (Cf. CUNHA, s.d., p. 109-113).

CAPÍTULO III

DIÁLOGO COM A CRÍTICA RELIGIOSA DE *OS SERTÕES*

*[...] Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino[...]*²

² Palavras de despedida de Antônio Conselheiro. Página 627-628 de seu manuscrito apud (NOGUEIRA, 1978, p.182).

3.1 Justificando o diálogo com a crítica religiosa

Neste capítulo procuramos abordar as considerações de alguns críticos acerca de aspectos religiosos de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Não é nossa intenção esmiuçar, detalhar ou analisar em profundidade a religião no povoado de Belo Monte, apenas trataremos dos aspectos religiosos enfatizados a partir de *Os sertões* e que sejam necessários para estabelecer com maior clareza a figura humana de Antônio Conselheiro.

Consideramos de extrema importância a análise dos aspectos religiosos presentes em *Os sertões* pelo fato de que é na religiosidade do povoado de Belo Monte que encontraremos os fatores que possivelmente – aliados a outros, é claro – foram determinantes nos processos que culminaram no grande conflito que levou ao extermínio de aproximadamente 25 mil pessoas nos sertões da Bahia em fins do século XIX.

Outro fator de grande relevância, também, e para o qual se faz necessária a análise dos aspectos religiosos da Comunidade de Belo Monte presentes em *Os sertões*, é o que diz respeito a polêmica discussão em torno da figura de Antônio Conselheiro. Se Euclides julgou e condenou Conselheiro como um doente mental e fanático religioso, há também quem apresente o Conselheiro a partir da escrita dele mesmo, como sendo um homem mentalmente equilibrado, inteligente e um líder religioso zeloso por seus seguidores e possuidor de uma moral bastante elevada. Neste capítulo, deixaremos a análise final para os leitores, pois apenas apresentaremos os julgamentos, tanto de Euclides da Cunha, como de alguns críticos, bem como também dos embasamentos que os levaram a tais conclusões.

E no estudo dessa manifestação religiosa é necessário uma análise de alguns elementos presentes nas tradições místicas daquele povoado. Nos textos, que analisaremos, daremos, ênfase Aos seguintes fatores:

1º - Entendimento e visão de Euclides da Cunha a respeito da religião de Belo Monte e de Antônio Conselheiro;

2º - visão da crítica a respeito das relações entre Euclides da Cunha e a obra textual de Antônio conselheiro;

3º - convergências e divergências apontadas pela crítica entre o texto de *Os sertões* e o manuscrito de Antônio conselheiro;

4º - elementos de messianismo, milenarismo e sebastianismo presentes ou não nos textos de Antônio Conselheiro;

5º - considerações a respeito da obra Antônio Conselheiro e Canudos: uma revisão histórica, de Ataliba Nogueira.

A partir de agora analisaremos três artigos da crítica especializada e a obra de Ataliba Nogueira (1978); no decorrer das exposições faremos as devidas análises, comparações e conclusões.

3.2 *Os sertões e as prédicas*

No ensaio, “Guerra de Canudos: as prédicas em debate”, Silva³ trata de determinados aspectos necessários à compreensão de importantes pontos das Prédicas de Antônio Conselheiro. A análise das Prédicas foi e continua sendo uma maneira eficaz de entender com maior rigor o pensamento do beato e os motivos que o levaram à formação do povoado de Belo Monte e a consequente reação contrária do governo brasileiro àquele grupo de religiosos. O autor elabora suas análises enfatizando a versão de milenarismo e de messianismo surgidos sob a visão de Conselheiro e de como sua doutrina cristã refletia, por meio das mencionadas Prédicas, os anseios políticos e religiosos dos sertanejos. (SILVA, 2005, p. 266)

Segundo Silva (idem), a visão de Euclides da Cunha sobre o povo de Canudos foi baseada numa abordagem um tanto quanto racionalista. Pois, segundo o autor, não é raro encontrar em *Os sertões* trechos em que seu autor não expresse uma atitude de grande repulsa à espiritualidade de Antônio Conselheiro e da Comunidade de Belo Monte. Para o autor, Cunha faz muitas comparações com os primeiros anos do Cristianismo e a partir delas cria um conjunto de símbolos sobre Belo Monte e sobre o messianismo ali existente. Cita como exemplos desses símbolos os termos: “paraíso terrestre”, “Canaã Sagrada” e “Jerusalém de Taipa”, e nesse local, ainda segundo o autor de *Os sertões*, vivia um “líder às avessas”, um “gnóstico bronco”, um paranóico, bárbaro e fanático.

Torna-se relevante salientar o parágrafo em que o autor afirma que Euclides da Cunha criou um misto de realidade e ficção para poder tratar do milenarismo presente em *Os sertões*, pois este era um assunto sobre o qual não havia materialidade suficiente para que Euclides da Cunha pudesse se basear com segurança para nortear suas idéias a respeito do pensamento de Antônio Conselheiro e de sua religiosidade: Na abordagem de Cunha, ficção e realidade se

³ SILVA, José Maria de Oliveira. Guerra de Canudos: as prédicas em debate. *Projeto de história: revista do programa de estudos pós-graduados em história do departamento de história da pontifícia universidade católica de São Paulo*. São Paulo: educ, p. 265-276, 2005

misturam e se completam. Talvez pelo de que a documentação que utiliza para criar o ideário milenarista é quase inexistente.

Ainda segundo Silva, Euclides da Cunha, por falta de informações seguras, atribuiu erroneamente a Antônio Conselheiro a Profecia de que no Povoado de Belo Monte encontrariam-se as barrancas de leite e de mel (assim como as descritas na Bíblia); a profecia em questão aparece num relatório elaborado para a Igreja Católica, pelo Frei Monte Marciano, com intenção de dismantelar o movimento de Antônio Conselheiro. “[...] consta de alguns versos apócrifos que teria localizado na região sobre a profecia do fim do mundo, do Relatório suspeito de Frei Monte Marciano (sobre as barrancas de leite e mel em Canudos) e de fatos passados ligados ao sebastianismo político no episódio de Pedra Bonita” (Cf. SILVA, 2005, p. 266-267)

O milenarismo, como movimento organizado, ou melhor, como crença fortalecida em grupos restritos esteve sempre relacionado a um período transitório da vida humana, no qual os sofrimentos seriam um dia substituídos por um período de paz e harmonia, que duraria mil anos. Afirma, ainda, aquele autor, que os movimentos milenaristas se empenham em buscar a restauração de um tempo perfeito ou um regresso à terra perfeita; terra na qual não haveriam sofrimentos e nem mortes. Os milenaristas aguardariam sempre uma nova era, um novo reino perfeito, de paz e de harmonia; esse milênio de paz e de harmonia seria sempre antecedido por uma série de fenômenos catastróficos que destruiriam o mundo contemporâneo, que seria sempre imperfeito. (Cf. SILVA, 2005-266-267, p. 267)

Sob a óptica do cristianismo, o milênio é uma interpretação alegórica, e não literal, das profecias relativas ao reino messiânico; essa interpretação tem como base o livro do “Apocalipse” de João, contido no Novo Testamento. Esse livro, escrito de maneira figurada e simbólica, contém toda a base da doutrina milenarista. É precisamente no momento em que o autor do “Apocalipse” afirma que os justos reinarão com Cristo durante mil anos, que se lançaram os fundamentos dessa crença. Uma vez estabelecido o reinado de mil anos, surge o reino messiânico (aquele em que os justos viveriam em harmonia sob o reinado do Messias, ou seja, do próprio Cristo). Na tentativa de esclarecer melhor a figura poderosa de Antônio Conselheiro e do poder de seu movimento, Silva (2005) cita como exemplo os movimentos milenaristas da Idade Média que puderam agregar em suas fileiras todos aqueles que viviam à margem da sociedade, ou seja, os camponeses sem terras, os trabalhadores sem qualificações profissionais, os pedintes e os vagabundos; pois eram nesses movimentos que essas pessoas encontravam esperanças de que um dia os sofrimentos, como fome, doenças, desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem teriam um fim. Assim explicado, resulta fácil

o entendimento de como Antônio Conselheiro conseguiu liderar uma comunidade de aproximadamente vinte e cinco mil pessoas, e que, como sabemos, eram, no geral, marginalizados, pobres, enfermos etc.

O autor do ensaio, em análise, afirma ainda, que a interpretação que Euclides da Cunha fazia de Antônio conselheiro alinhava-se com a opinião de muitos de seus contemporâneos, sobretudo da imprensa. Era comum a imprensa da época tentar ridicularizar as práticas e os discursos de Conselheiro. Mas, agindo dessa maneira, obtinha-se quase sempre um efeito contrário, pois acabava-se divulgando ainda mais, entre os sertanejos, a figura misteriosa e impressionante de Antônio Conselheiro (Cf. SILVA, 2005, p. 267).

Um ponto extremamente interessante e de enorme importância, diríamos até decisivo para se pensar na veracidade quanto ao caráter de Antônio Conselheiro exposta por Euclides da Cunha, é o que José Maria de Oliveira Silva aborda no presente ensaio, no seguinte ponto (referindo-se a Antônio Conselheiro):

[...] e, com “voz clara e palavra eloqüente”, como um venerável patriarca do Antigo Testamento, Conselheiro pregava num ‘tom suave’ os preceitos cristãos. Seguindo o exemplo do padre Ibiapina, costumava rezar o ofício de madrugada, antes mesmo de começar as obrigações diárias, orando no almoço as jaculatórias e no fim da tarde o rosário, seguido das pregações. Alguns padres aceitavam que Conselheiro ensinasse em suas capelas ou igrejas, mesmo depois do arcebispo da Bahia ter proibido suas prédicas para o povo. (SILVA, 2005, p. 267)

As palavras do parágrafo anterior expressam o oposto da afirmação de Euclides, em *Os sertões*:

Ele ali subia e pregava. Era assombroso, afirmam testemunhas existentes. Uma oratória bárbara e arrepiadora, feita de excertos truncados das Horas Marianas, desconexa, abstrusa, agravada, às vezes, pela ousadia extrema das citações latinas; transcorrendo em frases sacudidas; misto inextrincável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas [...] (CUNHA, s.d., p. 131).

Mas foi somente após a análise das Prédicas que se constatou que as pregações de Conselheiro não reproduziam o estilo amedrontador das missões que costumeiramente adentravam aos sertões, e que anunciavam sempre o final dos tempos.

Nota-se claramente que faltou a Euclides da Cunha, no que tange ao julgamento da personalidade, do caráter e da sanidade de Antônio Conselheiro, uma investigação mais aprofundada e uma maior isenção. Talvez tal equívoco tenha sido cometido, entre outros

fatores, pela pressa em realizar o trabalho e pela falta de tempo de que dispunha o autor de *Os sertões*. Afirmar, ainda, que com base na análise das prédicas, jamais se poderia afirmar que Antônio Conselheiro fosse um Gnóstico ou herético, como afirma Euclides da Cunha em diversas passagens de *Os sertões*, nem do ponto de vista religioso, ele poderia ser tomado como um gnóstico ou herético em relação à fé cristã. A constatação de Silva (2005), no parágrafo anterior, contrapõe-se claramente ao que afirma Cunha quando afirma que Antônio Conselheiro era um “gnóstico bronco”.

Notamos claramente que, do confronto dos dois últimos parágrafos e da leitura dos seis parágrafos anteriores, que, para o ensaísta, Antônio Conselheiro não foi gnóstico e nem foi bronco; mais ainda, Antônio conselheiro foi um profundo conhecedor da Bíblia e da teologia cristã; o beato tinha conhecimentos profundos do Antigo e do Novo Testamento, da Filosofia cristã, interpretando, a seu modo, a *Bíblia* (SILVA, 2005, p.268-269). Se Antônio Conselheiro possuía profundos conhecimentos da teologia cristã e da Bíblia, como afirma Silva há que se pensar nas afirmações de Euclides da Cunha ao afirmar que:

[...]Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensavam no seu misticismo feroz e extravagante (CUNHA, s.d., p. 117).

Silva afirma que, segundo depoimentos, Antônio Conselheiro escrevia seu manuscrito quase que diariamente, em alguns momentos ele ditava a sua doutrina e os seus sermões a Leão da Silva, seu secretário. Para a composição dos textos ele utilizava como fontes, além da *Bíblia*, *A Missão abreviada*, e *Horas marianas* (Cf. SILVA, 2005, p.270).

Para Silva (2005), o beato Antônio Conselheiro não era, em alguns aspectos, um revolucionário mas sim um homem conservador que pregava a manutenção de hábitos e costumes e que pregava, também, a resignação cristã ao destino que Deus havia concedido aos homens.

Entretanto apesar dessa maneira de atuar, em outros momentos, ele se manifestava como sendo aquele líder que encoraja os seus seguidores a adotarem uma postura mais ativa; postura esta que seria extremamente necessária para permitir uma mudança no sentido de não mais apenas aceitar uma postura passiva frente a opressão social (Cf. SILVA, 2005, p. 271).

Após a análise deste ensaio de José Maria de Oliveira Silva, podemos concluir que é partir dos vários depoimentos e da análise das Prédicas que se chegou a uma idéia mais elaborada e diferente da apresentada por Euclides da Cunha a respeito da imagem de Conselheiro; segundo Silva (2005), a figura humana de Conselheiro era a de um homem investido de valores positivos e de qualidades superiores, em palavras mais simples, pode-se dizer que era uma pessoa boa, piedosa, e defensora dos valores cristãos. A partir da análise das Prédicas e dos depoimentos, elaborada pelo ensaísta evidencia-se uma leitura diferenciada a respeito da religião da comunidade de Belo Monte, contestando, assim, a idéia de que era um grupo imbuído de mentalidades fanáticas, políticas e/ou religiosas. O autor conclui sua reflexão, citando uma poesia de Antônio Conselheiro, a qual seria suas palavras finais de nas Prédicas, dirigidas a seu povo:

Adeus povo,
Adeus aves,
Adeus árvores,
Adeus campos,
Aceitai a minha despedida,
Que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós,
Que jamais se apagarão das lembranças deste peregrino (SILVA, 2005, p. 274, *apud* NOGUEIRA, 1978, p. 182)

3.3 Um “salvador” em *Os sertões*

Noutro ensaio, de Délia Cambeiro⁴, salienta-se a maneira como foi construída no livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, a figura literária de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, que, segundo ela, seria o soter⁵. Para realizar esta análise, a autora utiliza-se de passagens de *Os sertões* e da crítica de Ataliba Nogueira (1978). Ela fez uma leitura que demonstra que, apesar das formas variadas com que conselheiro foi descrito por Euclides da Cunha, permanece a figura de um homem altamente espiritualizado e que de certa maneira representou os anseios religiosos do povo sertanejo.

De acordo com os critérios de investigação utilizados por Cambeiro, Antônio Conselheiro foi um líder sertanejo que pregou ser a transcendência a razão principal da existência humana, mas que por outro lado também procurou uma dignificação da existência terrena de seus fiéis seguidores, utilizando para isto a organização dos mesmos no mundo material. Apesar de viver uma vida extremamente despojada de bens materiais e de fazer

⁴ CAMBEIRO, Délia. *O EIXO E A RODA*. Belo Horizonte: UFMG, v.8, p. 55-64, 2002.

⁵ Soter, palavra advinda do grego soterio e que, entre outros, significa, messias, salvador, etc. Opus cit, p. 56.

pregações no sentido de que os fiéis se desapegassem cada vez mais da vida material, o beato lutava por uma comunidade mais digna, onde não faltasse abrigo e nem alimentos.

Sobre os tão comentados motivos que levaram Antônio Conselheiro a assumir a postura de líder revolucionário, Cambeiro diz que tais motivos não foram intencionais, e que não surgiram simplesmente de suas palavras convincentes, as quais tinham o objetivo de guiar seu próximo ao caminho da salvação; os acontecimentos que culminaram numa das maiores carnificinas da história do Brasil deram-se por uma sucessão de fatos na vida de Conselheiro que o posicionou exatamente no local que a história registrou. Provavelmente tenha sido a partir de experiências pessoais negativas e depois de um período de intenso ocultamento da vida social, que Antônio Conselheiro, como andarilho do sertão, teria sonhado para si e para seus seguidores um projeto de vida comunitária, com o objetivo de criar gados e de realizar plantações coletivas. Mas foi através desse nobre projeto que surgiram os maiores problemas, pois uma vez estabelecido em Canudos, Conselheiro foi rejeitado e passou a ser visto como um herege que pregava idéias não admitidas pela Igreja Católica, sendo assim perseguido junto com os seus seguidores. Na visão dos sertanejos, o Conselheiro encarnava seguramente aquele que construiria uma sociedade melhor para eles (Cf. CAMBEIRO, 2002, p. 56- 58).

Para Délia Cambeiro, no ensaio em análise, Antônio Conselheiro, já constituído líder sertanejo, se fazia sempre presente em tudo o que se relacionasse com seu “reino”; pois era dessa maneira que conseguia reunir seus seguidores e uni-los em torno da oração elaborada de maneira socialmente mística, e característica de uma fé inabalável (Cf. CAMBEIRO, 2002, p. 58).

Em *Os sertões*, Antônio Conselheiro é descrito como um paranóico que elaborava imagens e visões apocalípticas para atemorizar e impressionar seus ouvintes. A maneira como Euclides da Cunha se refere a Antônio Conselheiro, e os adjetivos que utiliza para descrevê-lo, torna evidente que a imagem do líder religioso despertou em Euclides da Cunha curiosidades de ordem científica; nota-se que sua linguagem é sempre marcada por termos que designam alguma doença psíquica em Antônio Conselheiro. A cada momento o escritor de *Os sertões* tenta convencer o leitor que seu “diagnóstico médico” sobre Conselheiro é verídico e que o leitor estaria a cada momento diante de um doente grave, de um homem mentalmente insano, de um louco em grau de loucura extrema (C.f. CAMBEIRO, 2002, p. 59).

Euclides da Cunha, com base em seus conceitos da ciência positivista e guiado por um modelo pessoal da verdade, relata, através de pura retórica, as ações religiosas dos habitantes do povoado de Belo Monte e coloca essas ações em posição inferior. Ele sugere, como

podemos perceber em *Os sertões*, que a religião no povoado de Belo Monte é uma forma de alienação e de um “ópio” que anesthesiava e tornava regressiva a inteligência; e que tenha sido isso, talvez, a causa do “temperamento delirante” e “da insânia” de Antônio Conselheiro, o qual já possuía um cérebro doentio (Cf. CAMBEIRO, 2002, p. 61).

Em análises atuais, conclui-se que os membros do movimento religioso da comunidade de Belo Monte comungavam de um sentimento que os unia em torno de uma não necessidade de viverem uma vida terrena, comum, mas também de uma comunidade que possuía, ao mesmo tempo, uma necessidade religiosa e uma certa necessidade material. Por isso, quem sentisse a necessidade de se integrar a ela deveria entregar parte dos bens pessoais, a fim de manter a sobrevivência da comunidade; o sentimento de desprendimento das coisas materiais estaria alinhado com o que Conselheiro afirmava em suas Prédicas a respeito do final dos tempos e do juízo final, em que os eleitos seriam premiados com o paraíso, pois somente aqueles que em vida viveram com poucos ou quase nenhum bem material, o fim do mundo era a salvação dos escolhidos. Os que pouco ou nada tinham nesta vida receberiam, em troca, no mundo transcendental, ou seja, no paraíso, um grande bem-estar espiritual, proporcional ao seu desapego aos bens terrenos e materiais.

Para Euclides da Cunha, a cidade de Canudos não passava de uma *urbes* monstruosa, construída de barro, mas para os que lá viviam, em casas pobres e rústicas, sem camas ou mesas, possuindo como móveis apenas redes, banquinhos e oratórios, aquele local era o que de melhor havia, pois era ali seu reduto de salvação, o local onde depositavam suas esperanças e onde encontravam abrigo, refúgio e esperança, pois lá viviam felizes e estavam ali de livre e espontânea vontade (Cf. CAMBEIRO, 2002, p. 61).

Para Delia Cambeiro, a importância da obra escrita de Antônio conselheiro aumenta por si mesma, cada vez mais, pois os elementos que fornece são de extrema importância para moldar uma outra imagem de seu autor, muito diferente daquela que foi criada por Euclides da Cunha em *Os sertões*. A importância aumenta ainda mais pelo fato de sabermos que Euclides da Cunha não chegou a ter acesso aos sermões de Conselheiro. A figura de Antônio conselheiro, como sendo aquele “gnóstico bronco”, de oratória bárbara, ou seja, o louco, assume um novo contorno e uma nova qualidade com as recentes revelações emanadas das análises da obra escrita de Conselheiro. Nessas revelações, Antônio Conselheiro aparece como um sertanejo dotado de capacidade de comunicar através de sua escrita seus pensamentos religiosos; esse fato minimiza a versão euclidiana, de um sertanejo bronco (Cf. CAMBEIRO, 2002, p. 62 *et seq.*)

3.4 Sebastianismo

Já a ensaísta Maria Isaura Pereira de Queiroz⁶ parte da perspectiva de que Euclides da Cunha registrou, em *Os sertões*, a existência de algumas referências em torno da volta do lendário rei D. Sebastião, que morreu aos 24 anos de idade na batalha de Alcácer-Kibir, na África; eis o que o autor colheu nos sermões de Antônio Conselheiro:

“Em verdade vos digo, quando as nações
brigam com as nações, o Brasil com o
Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a
Prússia com a Prússia, das ondas do mar
D. Sebastião sairá com todo o seu exército.
Desde o princípio do mundo que encantou
com todo seu exército e o restituiu em
guerra.
E quando encantou-se, afinçou a espada
na pedra, ela foi até os copos e ele disse:
Adeus mundo!
Até mil e tantos a dois mil não chegarás!
Neste dia, quando sair com o seu exército,
tira a todos no fio da espada deste papel
da República. O fim desta guerra se
acabará na Santa Casa de Roma e o
sangue há de ir até a junta grossa...”⁷

Além destas referências, Euclides da Cunha também guardou as seguintes quadrinhas feitas por repentistas locais.

“D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento,
Acabando com o civil
E fazendo o casamento!
Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião

⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *D. Sebastião no Brasil: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais*. São Paulo: Revista da USP, n. 20, dez./jan./fev. 1993-1994.

⁷ Estas quadras aparecem em: CUNHA, s.d., p. 160. Euclides afirma que as quadras foram modificadas ortograficamente por ele.

Coitado daquele pobre
que estiver na lei do cão!”⁸

D. Sebastião era conhecido também pelos cantadores nordestinos. No entanto, Ataliba Nogueira (1978) critica as afirmações de Euclides da Cunha no que diz respeito às referências a D. Sebastião. Para o crítico, os sertanejos jamais conheceram o nome de D. Sebastião. É um fato que o manuscrito de Antônio Conselheiro, publicado por Ataliba Nogueira não traz nenhuma referência a D. Sebastião. Com relação aos versos descritos por Euclides da Cunha em *Os sertões*, Ataliba Nogueira diz que são de autoria de escritores da capital, e que tinham o intuito de macular a imagem de Conselheiro, atribuindo-lhe tal autoria. A intenção de Euclides da Cunha, segundo Ataliba Nogueira, seria o de enfeitar o conteúdo dos papéis por ele encontrado em uma casa em Canudos, e que por ele foi atribuído a autoria de Antônio Conselheiro, e dessa maneira apresentar novidades aos olhos dos curiosos:

E também transcreve versos em quadrinhas como se fossem inspirados nas doutrinas do Conselheiro, mas que revelam a pena de escritores das capitais, que assim deturparam o pensamento claro do chefe do povo, para apresentar novidades aos curiosos. A começar da referência a D. Sebastião, rei de Portugal, nome que o sertanejo jamais conheceu. E a terminar em palavras eruditas, alheias a seu vocabulário. (NOGUEIRA, 1978, p. 28).

Mas é fato que as dúvidas de Ataliba Nogueira (1978) não apagam a veracidade e nem a beleza dos versos citados por de Euclides da Cunha e que constam de outros documentos existentes (QUEIROZ, 1994, p. 3)

O repúdio por parte de Antônio Conselheiro contra a República, a qual era considerada por ele como a instalação do mal no país, era precisamente ponto em que suas pregações utilizavam o mito do Rei D. Sebastião para dar força ao seu discurso em defesa do retorno da Monarquia. Nesse ponto, Antônio Conselheiro prometia a intervenção do monarca português que viria, um dia, à frente de suas tropas, para restaurar o antigo regime monarquista (QUEIROZ, 1994, p. 3-4).

Nota-se que, nos sermões de Antônio Conselheiro, não são notadas marcas de críticas

⁸ Op. Cit., p.160.

e nem de reivindicações sociais; pois o conteúdo religioso é dominante, e está sempre ligado às profecias de fim do mundo; esse conteúdo religioso é muito mais claro nos escritos de Conselheiro que foram preservados até os dias atuais (QUEIROZ, 1994, p.8).

Maria Isaura (1994) explica que a preferência por um governo monárquico possuía raízes lendárias; ela afirma que as coletividades messiânicas, com exceção da comunidade fundada por Antônio Conselheiro, seguiam, em sua organização interna, um modelo de corte real; e afirma que na comunidade de Belo Monte tal pensamento não se concretizou, talvez pelo fato de Dom Pedro II ainda estar vivo na época da fundação do povoado (QUEIROZ, 1994, p.11-17).

3.5 Antônio Conselheiro e Canudos

Em se tratando de crítica de aspectos religiosos d' *Os sertões*, temos que destacar Ataliba Nogueira (1978), com seu livro *Antonio Conselheiro e Canudos: revisão histórica* (1978), obra que surgiu de uma comunicação apresentada Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – instituição da qual era sócio – em 31 de outubro de 1973.

Na referida comunicação, o Professor e Jurista Ataliba Nogueira apresentou um manuscrito de Antonio Conselheiro que estava em seu poder e afirmou que por meio desse documento seria possível uma análise do pensamento daquele místico e misterioso pregador (NOGUEIRA, 1978, verso da capa anterior).

Nesta obra, Nogueira apresenta uma visão a respeito de Antonio Conselheiro totalmente diferente da visão apresentada por Euclides da Cunha. Afirma que Conselheiro não era o fanático e nem o doente mental. Nota-se, claramente, que Ataliba Nogueira faz uma defesa ferrenha do caráter de Antônio Conselheiro.

A edição da obra de Nogueira, por nós aqui apresentada, é a segunda, e foi editada em São Paulo, em 1978; está dividida em dois capítulos. No primeiro, Nogueira apresenta algumas cartas que lhe foram encaminhadas a respeito da publicação de seu livro e algumas considerações e detalhes a respeito de *Os sertões*, contexto histórico em que se desenrolou a Guerra de Canudos, elementos biográficos de Antonio Mendes Maciel, detalhes históricos de fatos que motivaram o desencadeamento do conflito. O segundo capítulo possui duas grandes divisões: na primeira delas, Nogueira trata da autenticidade dos manuscritos de Antônio Conselheiro, comenta o perfil de Conselheiro definido por Euclides da Cunha, apresenta as

críticas que Cunha fez às prédicas de Conselheiro, trata das formas das Prédicas e das ciências em *Os sertões* e por fim delinea um perfil religioso de Antônio Conselheiro, expressando por ele uma grande admiração. A Segunda grande divisão do segundo capítulo é constituída por quatro partes, onde se apresentam as Prédicas de Conselheiro e, por fim, um apêndice onde se apresentam fatos biográficos, políticos, religiosos e socioeconômicos comentados e registrados por Antônio Conselheiro.

Com relação à autenticidade e autoria dos manuscritos de Conselheiro⁹, Nogueira assim reproduziu as palavras de Pondé, que julgamos de grande importância mencionar nesta dissertação:

No dia 5 de outubro de 1897, em que as tropas legais sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães se assenhoraram vitoriosa e decididamente do arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário, em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado, em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático.

Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antônio Maciel, o “Conselheiro”. Bahia, março de 1898, João Pondé (NOGUEIRA, 1978, p. 22).

Nogueira afirma que: “A obra manuscrita é autêntica e do punho do Conselheiro” (NOGUEIRA, 1978, p. 23).

Com relação à dúvida que surge pela frase “[...] A presente obra mandou subscrever o peregrino Antônio Vicente Mendes Maciel [...]”, e que foi encontrada na folha de rosto do manuscrito original, Nogueira afirma que tais palavras refletem a característica de profunda humildade de Antônio Conselheiro; e afirma ainda: “[...] a caligrafia do texto e a assinatura são suas, as mesmas que se podem ver em duas cartas emolduradas e suspensas na parede, no Instituto Histórico da Bahia” (NOGUEIRA, 1978, p. 23).

Outra parte da obra de Nogueira e que se relaciona muito estreitamente com as críticas de Euclides ao Conselheiro é a que se refere ao fanatismo religioso e ao fanatismo político, ambas as observações encontram-se no segundo capítulo do livro de Nogueira. Com relação ao suposto fanatismo religioso atribuído a Antônio Conselheiro, afirma que:

⁹ Nogueira reproduziu as palavras encontradas na página que antecede a página de rosto do manuscrito e que foram escritas pelo estudante do sexto ano de medicina que partiu para Canudos em 1897, acompanhando, como cirurgião, a expedição militar Artur Oscar. (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 22).

Quem conhece a vida e quem ler a sua obra não poderá repetir nunca a balela de que foi religioso fanático.
Humilde, penitente, operoso, piedoso, é apenas homem de fé
Sua fé é esclarecida e sólida. E procura viver a sua fé. Espalha boa doutrina e esforça-se para que outros a vivam sinceramente.
Nenhum fanatismo (NOGUEIRA, 1978, p. 37).

Com relação ao fanatismo político, Ataliba Nogueira esclarece que deve ser desfeita qualquer ligação entre Canudos e a Monarquia. Segundo ele a convicção pessoal de Conselheiro era pelo regime monárquico; e a idéia de que o monarquismo seria melhor regime político e estaria de acordo com as “Leis de Deus”. O movimento organizado por Antônio Conselheiro não se constituía em um movimento pela monarquia; o movimento, após ser atacado, lutou apenas para defender a vida e os bens da comunidade de Belo Monte. Ataliba Nogueira expressa claramente sua admiração por Antônio Conselheiro quando diz: “Respeitemos as convicções do Conselheiro e reconheçamos-lhe a inteireza moral, intelectual e física. Nem insano, nem fanático”. (NOGUEIRA, 1978, p. 40).

E ainda:

Homem excepcional sim; embora extremamente simples. Amante de seu povo, para cujo serviço sofreu muito e para cujo bem e progresso foi chefe e condutor (NOGUEIRA, 1978, p. 41).

Quanto às Prédicas, encontramos nelas algumas passagens que demonstram que Conselheiro era um homem instruído e que possuía uma intelectualidade superior a muitos de seu tempo e de sua região, é a familiaridade com os textos de tradição não cristã que nos demonstra isto. Entre tais passagens, podemos mencionar algumas em que cita, e até elogia alguns homens pagãos. Na página 300 do manuscrito, ao tratar dos deveres dos filhos para com os pais, cita, como exemplo, uma passagem da Eneida, de Virgílio, onde Enéias carrega em suas costas seu pai. Logo depois ele dá, ainda, como exemplo, umas palavras de Eurípedes enaltecendo os filhos obedientes aos pais (NOGUEIRA, 1978, p. 121).

Além do que foi mencionado no parágrafo anterior temos o dever de citar outro trecho que abona ainda mais o desenvolvimento intelectual de Antônio Conselheiro: “Coloca-o o pai na escola do professor Manuel Antônio Ferreira Nobre. Estuda aí português, francês e latim” (NOGUEIRA, 1978, p. 4, *apud* MONTENEGRO, 1954)

Nos quatro trabalhos analisados percebemos que não existem menções a fanatismos políticos; sobre isto Nogueira até faz uma defesa da comunidade de Belo Monte afirmando que “O tema da restauração da Monarquia foi afastado desde o final da Quarta expedição [...]”. Com tal afirmação pode-se concluir que o Sebastianismo não era característica forte na comunidade de Conselheiro e que não havia lá um movimento para restaurar a Monarquia. A possibilidade de um fanatismo político foi disseminada para justificar a ação militar do Governo Republicano que, por sua vez, se baseou nos clamores da Igreja, de alguns jornalistas e de políticos, para que o movimento fosse extinto, pois, segundo eles, representaria uma ameaça ao Governo Republicano. (Cf. NOGUEIRA, 1978, p. 38-39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre soube que ao escolher o livro *Os sertões*, como objeto de estudo desta dissertação, me envolveria em um campo muito complexo e para isso deveria estar disposto a aceitar o estudo de um universo no qual as possibilidades de crescimento intelectual seriam muitas, mas também as dificuldades poderiam aparecer em dobro.

Em princípio, o objetivo era o de analisar o livro todo, ou seja, suas três partes, e com base nos pressupostos dos Estudos Culturais – especialmente no que se refere à interdisciplinaridade, a exemplo do que preconiza Alvaro Luiz Hattner¹⁰, (assim como outros estudiosos dos estudos culturais) –; analisar as fronteiras convergentes e divergentes entre Ciência e Arte, Literatura e História, e assim procuraria estabelecer um contorno que demarcasse melhor tais fronteiras, mostrando, assim, como num mapa geopolítico, campos com “cores diferentes” e suas fronteiras bem coloridas e devidamente demarcadas, obtendo, dessa maneira, “cores” bastante distintas. Ao iniciar a pesquisa, percebi que um projeto assim necessitaria de um tempo maior para ser realizado, e, sem nenhum receio de dizer, necessitaria, também, de minha parte, de um amadurecimento intelectual maior no que diz respeito ao conhecimento do cosmo conceitual de *Os sertões*; pois esta é uma obra que criou um complexo universo próprio. Assim, sem abandonar a proposta de estudar as fronteiras entre Literatura e História, decidi apenas alterar o foco, delimitando para proporções menores o campo de trabalho.

Na delimitação, estabeleci como campo de trabalho apenas a Segunda parte (O Homem) e a terceira parte (A Guerra). Estabelecidos estes dois campos de trabalho, percebi que havia um forte elemento de ligação entre tudo, e que este elemento é o caráter religioso e o estudo da religiosidade sertaneja elaborada por Euclides da Cunha. Após perceber que a questão religiosa era muito forte e impulsionava o desenvolvimento de toda a obra, percebi também que dentro desse contexto religioso a personagem histórica de Antônio Conselheiro era muito notória e evidente, e que apesar das duras palavras de Euclides da Cunha ao tentar diminuí-la aos olhos dos leitores, esta personagem alcançou um grau elevado de importância

¹⁰ Hattner, Álvaro Luiz in BONNICI, Thomas (Org.). *Teorias literárias: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: UEMS, 2003. Hattner confirma a proposta dos estudos culturais de que a interdisciplinaridade cria possibilidades de análises e comparações entre áreas muito diferentes, tais como literatura, história, antropologia, música, etc).

dentro de todo o contexto religioso e histórico em *Os sertões*, como também na História do Brasil.

Se tudo, em *Os sertões*, gira em torno da religião, e se Antônio Conselheiro é o motivo principal do discurso do autor ao tratar da religiosidade, ficou claro, notório e muito evidente que esta personagem deveria também receber um foco muito especial de atenção. Foi no auge dessa reflexão que decidi focar minha atenção no aspecto religioso que permeava toda a obra, e em especial, nas duas últimas partes e na figura de Antônio Conselheiro, não como personagem ficcional criado por Euclides da Cunha, mas como personagem real, histórico, porém retratado, quase exclusivamente, de maneira ficcional pelo autor.

Deixei de lado, e talvez para um projeto futuro, o estudo da primeira parte de *Os sertões* (A Terra), por acreditar que este tema era, ao menos neste momento, difícil de ser inserido no contexto que propunhamos trabalhar no segundo momento, ou seja, de difícil inserção na nova rota por mim estabelecida.

Optei por iniciar a dissertação tratando da formação humana e intelectual de Euclides da Cunha, demonstrado que a visão de mundo do escritor estava alinhada diretamente com os conceitos advindos do Positivismo, do Evolucionismo e do Determinismo. Foi armado destas teorias que ele foi para os sertões estudar a Guerra e os homens; felizmente, em pouco tempo sua compreensão mudou um pouco e o permitiu despertar para a necessidade de compreender mais humanamente que cientificamente, os fatos que presenciou. Foi possível observar que Euclides da Cunha se despiu de muitos de seus conceitos teóricos; e talvez tenha sido tal fato o responsável por aquele caráter humanista impresso em sua obra e que, conforme ele mesmo afirmou, se tornou um “vingador”.

Com relação à totalidade do livro, foi possível concluir que contém, no geral, exposições explícitas de seu autor, e isto é provado pelo fato de que Euclides da Cunha vai diretamente ao ponto que deseja tratar e os expõe sem nenhum sentido hermético. Também ficaram evidentes elementos que denotam o uso de recursos da tradição universal (mitológica, filosófica, religiosa e histórica). Não foi difícil, também, notar a manifestação de um espírito combativo na maneira de escrever do autor, pois a impressão que surgia a todo momento era a de que Euclides da Cunha estava em guerra contra um sistema ou uma ideologia, ou que queria consertar algo, ou até mesmo dar um novo rumo a um povo e uma nação. O autor teve a pretensão de guiar seu trabalho apenas pelo viés da cientificidade, mas

fica notório e resulta, claramente que ele assim não procedeu, pois é forte a presença da arte em seu trabalho, e como sabemos arte e ciência são coisas distintas, mas isso de nenhuma maneira faz que haja a possibilidade de desmerecimento, ou que a obra perca seu brilho e sua grandeza; pelo contrário, talvez ela não tivesse saído a público com tanta grandeza e tanto brilho se seu autor tivesse recorrido a apenas um viés, o da cientificidade ou o da arte.

No estudo da religiosidade presente em *Os sertões*, observamos que, para Euclides da Cunha, os fundamentos das manifestações religiosas dos sertanejos se encontrariam na mescla das três raças formadoras do povo brasileiro: a indígena americana, a branca européia e a negra africana. Ele faz ressaltar diversos aspectos positivos da religião do povo sertanejo, também ressalta alguns aspectos negativos, porém nos momentos em que se refere à religiosidade de Antônio Conselheiro, parece notar apenas aspectos negativos.

É muito comum o autor de *Os sertões* tecer comparações entre as manifestações religiosas dos habitantes de Canudos com os cristãos primitivos. São muitos os momentos em que compara Antônio Conselheiro a um heresiarca do segundo século da era cristã ou o compara a um “gnóstico bronco”. Todas estas afirmações tinham o propósito de justificar sua teoria do atraso intelectual, cultural e moral do sertanejo, pois, para ele, a mentalidade dos habitantes de Canudos era retrógrada e sua religião era o maior exemplo desse pensamento. Uma afirmação muito conhecida (a qual já citamos nesta dissertação) é a de que se refere ao atavismo; ele afirma que Antônio Conselheiro era um exemplo de atavismo, afirmando, assim, uma complexa teoria de que seria possível um grupo humano herdar de antepassados distantes no tempo características psicológicas e hábitos religiosos bastante marcantes.

No terceiro capítulo foi possível fazer uma análise do pensamento de alguns críticos contemporâneos a respeito da religiosidade presente em *Os sertões*. A escolha dos três ensaístas foi feita com base no pensamento de que deveria haver uma diversidade de pensamento e uma variedade de visões dentro da mesma temática. Foi assim que escolhemos um texto que trata especificamente do milenarismo e messiânismo, outro que trata da construção literária da figura de Antônio Conselheiro e outro que trata do Sebastianismo; além dos três ensaios, foi explorado também o livro de Ataliba Nogueira (1978), que, devido à sua grande importância, não poderia ter sido deixado de lado. O livro de Ataliba Nogueira constitui-se, como se percebeu, num manancial onde todos que querem trabalhar a temática religiosa de *Os sertões* devem consultar; trata-se de uma fonte rica de informações e pelo que foi possível notar, goza de grande conceito entre os pesquisadores.

Não seria possível a compreensão que hoje temos a respeito de Antônio Conselheiro sem a divulgação de seu manuscrito, e nesse ponto é que se torna importantíssimo também o livro de Ataliba Nogueira, o qual, além de divulgar o mencionado manuscrito, elaborou uma crítica muito acertada a respeito de *Os sertões*.

Ainda, com relação ao terceiro capítulo, é possível estabelecer uma conclusão final para o mesmo, realizando uma abordagem da explanação dos assuntos através de uma divisão em dois tópicos temáticos.

1º - Caráter e comportamento de Antônio Conselheiro.

Por tudo que se constatou nas referências analisadas e no livro de Ataliba Nogueira, percebe-se uma unanimidade em fazer defesa da sanidade mental de Conselheiro, ao contrário do que afirma Euclides. Vale mencionar um parágrafo desta dissertação onde citamos o trecho das Prédicas, em que ele faz referência à Eneida, de Virgílio e uma passagem de Eurípides, e que foram reproduzidas do livro de Ataliba Nogueira; também referenciamos a passagem do livro de Nogueira onde ele fala que Conselheiro estudou português, francês e latim. Já em *Os sertões*, Euclides da Cunha cria e mantém, durante todo o seu discurso, uma imagem extremamente negativa de Antônio Conselheiro, rebaixando sua intelectualidade e sua inteligência.

2º - Religião e política na comunidade de Belo Monte

José Maria de Oliveira Silva, no ensaio analisado, menciona a presença do milenarismo e do messianismo na comunidade, sem no entanto afirmar que essas eram características marcantes. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1993-1994) afirma que o Sebastianismo estava presente de maneira bastante forte na comunidade, porém esta informação não é sequer mencionada por José Maria de Oliveira e nem por Délia Cambeiro; em *Os sertões* Euclides da Cunha apenas menciona a possibilidade de um sebastianismo ao citar uma quadra popular e que foi, sem provas, atribuída a Antônio Conselheiro, conforme mencionamos anteriormente. Ataliba Nogueira combate fortemente a possível existência do sebastianismo na comunidade de Canudos e até mesmo na região dos sertões; com relação a isto fica claro uma divergência entre Maria Isaura Pereira de Queiroz e Ataliba Nogueira.

Nos três ensaios estudados não se encontra nenhum elemento que ateste o fanatismo religioso e nem político de Antônio Conselheiro, os três trabalhos discutidos estão bastante alinhados com as análises e conclusões presentes no livro de Ataliba Nogueira, que defende Conselheiro, apresentando provas históricas e sólidas argumentações baseadas em análises bastante lógicas das Prédicas e de escritos de outros estudiosos.

O leitor atento perceberá que existem divergências entre o que Euclides da Cunha afirma na nota introdutória de seu livro, (no que diz respeito ao realizar um trabalho de historiador e de se manter cientificamente neutro) e o resto do texto; não cumpre o que afirma; isto que exponho aqui pode ser evidenciado nos momentos em que abandona toda a cientificidade por ele mesmo pretendida e as necessidades de provas históricas para fazer certas afirmações. Notamos isso também nos momentos em que se dedica à literatura. Diante de tais observações, não se poderia em nenhum momento ler *Os sertões* apenas como uma obra de cunho histórico ou apenas de cunho literário, e foi precisamente com base nestas considerações que realizei este estudo, análises, comparações e observações.

Os sertões será sempre uma obra nova, pois seu tema principal não é a Religião, a Política, a Filosofia, a História, a Literatura, a Antropologia etc. A questão chave, o problema central, está no homem, na felicidade do homem, nas causas de suas tristezas e de suas angústias.

O tempo e o lugar em que viveu Euclides da Cunha deve ser considerado fortemente ao se tentar entender as razões de seus pensamentos e de suas justificativas. O autor de *Os sertões* viveu há mais de cem anos, seu pensamento, sua educação, sua cultura estava alinhada com sua época.

Antes de empunharmos o látigo do verdugo para castigar o valoroso escritor, seria muito válida fazer uma pequena reflexão a respeito disso. Todos sabemos que o historiador e o escritor são filhos de seu tempo, e desse tempo é que eles herdam suas características. Jamais o escritor d' *Os sertões* poderia ter se comportado como um historiador ou um literato do século XX ou XXI.

APÊNDICE

A construção deste apêndice surgiu por dois motivos que julgo ser muito importantes para os que lerem esta dissertação: o primeiro, surgiu de uma necessidade que percebi de expor o quanto é presente o tema da religiosidade em *Os sertões*, pois são muitas páginas em que Euclides da Cunha trata diretamente (isto sem contar as passagens e referências indiretas ao tema, que permeia todo o livro) dos aspectos religiosos, tanto dos sertanejos em geral, como também da comunidade de Belo Monte e de Antônio Conselheiro; já o segundo aspecto (que é o de facilitar a leitura da dissertação), talvez tenha uma importância menor, mas julgo que será extremamente útil, e que facilitará a tarefa dos que se dispuserem a ler este trabalho.

No apêndice, a seguir, apenas reproduzirei, diretamente do livro *Os sertões* de Euclides da Cunha, algumas passagens (apenas as que julguei serem mais apropriadas para a compreensão do trabalho). As passagens que serão apresentadas trazem referências diretas ao tema da religiosidade e da vida e personalidade de Antônio Conselheiro por meio do olhar de Euclides da Cunha, tendo sempre como norte o aspecto religioso. Não farei nenhuma análise e nem sequer comentários, pois julgo que as análises, comparações e comentários já foram devidamente realizados no corpo deste trabalho.

Caráter variável da religiosidade sertaneja

Estes estigmas atávicos tiveram entre nós, favoráveis, as reações do meio, determinando psicologia especial.

O homem dos sertões -pelo que esboçamos- mais do que qualquer outro está em função imediata da terra. É uma variável dependente no jogar dos elementos. Da consciência da fraqueza para os debelar, resulta, mais forte, este apelar constante para o maravilhoso, esta condição inferior de pupilo estúpido da divindade. Em paragens mais benéficas a necessidade de uma tutela sobrenatural não seria tão imperiosa. Ali, porém, as tendências pessoais como que se acolhetam às vicissitudes externas e deste entrelaçamento resulta, copiando o contraste que observamos entre a exaltação impulsiva e a apatia enervadora da atividade, a indiferença fatalista pelo futuro e a exaltação religiosa. Os ensinamentos dos missionários não poderiam exercitar-se estremes das tendências gerais da sua época. Por isto, como um palimpsesto, a consciência imperfeita dos matutos revela nas quadras agitadas, rompendo dentre os ideais belíssimos do catolicismo incompreendido, todos os estigmas de estádio inferior.

É que, mesmo em períodos normais, a sua religião é indefinida e vária. Da mesma forma que os negros hauçás, adaptando à liturgia todo o ritual *iorubano*, realizam o fato anômalo, mas vulgar mesmo na capital da Bahia,

de seguirem para as solenidades da Igreja por ordem dos fetiches, os sertanejos, herdeiros infelizes de vícios seculares, saem das missas consagradas para os ágapes selvagens dos *candomblés* africanos ou *poracês* do tupi. Não espanta que patenteiem, na religiosidade indefinida, antinomias surpreendentes.

Quem vê a família sertaneja, ao cair da noite, ante o oratório tosco ou registo paupérrimo, à meia-luz das candeias de azeite, orando pelas almas dos mortos queridos, ou procurando alentos à vida tormentosa, encanta-se.

O culto dos mortos é impressionador. Nos lugares remotos, longe dos povoados, inumam-nos à beira das estradas, para que não fiquem de todo em abandono, para que os rodeiem sempre as preces dos viandantes, para que nos ângulos da cruz deponham estes, sempre, uma flor, um ramo, uma recordação fugaz mas renovada sempre. E o vaqueiro que segue arrebatadamente estaca, prestes, o cavalo, ante o humilde monumento -uma cruz sobre pedras arrumadas- e, a cabeça descoberta, passa vagaroso, rezando pela salvação de quem ele nunca viu talvez, talvez de um inimigo.

A terra é o exílio insuportável, o morto um bem-aventurado sempre.

O falecimento de uma criança é um dia de festa. Ressoam as violas na cabana dos pobres pais, jubilosos entre as lágrimas; referve o samba turbulento; vibram nos ares, fortes, as coplas dos desafios, enquanto, a uma banda, entre duas velas de carnaúba, coroado de flores, o anjinho exposto espelha, no último sorriso paralisado, a felicidade suprema da volta para os céus, para a felicidade eterna -que é a preocupação dominadora daquelas almas ingênuas e primitivas.

No entanto há traços repulsivos no quadro desta religiosidade de aspectos tão interessantes, aberrações brutais, que a derrancam ou maculam. (CUNHA, s.d. p. 112).

Monte Santo

Monte Santo é um lugar lendário.

Quando, no século XVII, as descobertas das minas determinaram a atração do interior sobre o litoral, os aventureiros que ao norte investiam com o sertão, demandando as serras da Jacobina, arrebatados pela miragem das minas de prata e rastreando o itinerário enigmático de Belchior Dias, ali estacionavam longo tempo. A serra solitária -a *Piquaraçá* dos roteiros caprichosos- dominando os horizontes, norteava-lhes a marcha vacilante.

Além disto, atraía-os por si mesma, irresistivelmente.

É que em um de seus flancos, escritas em caligrafia ciclópica com grandes pedras arrumadas, apareciam letras singulares -um A, um L e um S- ladeados por uma cruz, de modo a fazerem crer que estava ali e não avante, para o ocidente ou para o sul, o *eldorado* apetecido.

Esquadrinharam-na, porém, debalde os êmulos do Muribeca astuto, seguindo, afinal, para os outros rumos, com as suas tropas de potiguaras mansos e forasteiros armados de biscainhos...

A serra desapareceu outra vez entre as chapadas que domina...

No fim do século passado, porém, descobriu-a um missionário -Apolônio de Todi. Vindo da missão de Maçacará, o maior apóstolo do Norte impressionou-se tanto com o aspecto da montanha, «achando-a semelhante ao calvário de Jerusalém», que planeou logo a ereção de uma capela. Ia ser a primeira do mais tosco e do mais imponente templo da fé religiosa.

Descreve o sacerdote, longamente, o começo e o curso dos trabalhos e o auxílio franco que lhe deram os povoadores dos lugares próximos. Pinta a última solenidade, procissão majestosa e lenta ascendendo a montanha, entre as rajadas de tufão violento que se alteou das planícies apagando as tochas; e, por fim, o sermão terminal da penitência, exortando o povo a «que nos dias santos viesse visitar os santos lugares, já que vivia em tão grande desamparo das cousas espirituais» .

«E aqui, termina, sem pensar em mais nada disse que daí em diante não chamariam mais *Serra de Piquaraçá*, mas sim *Monte Santo*.»

E fez-se o templo prodigioso, monumento erguido pela natureza e pela fé, mais alto que as mais altas catedrais da terra.

A população sertaneja completou a empresa do missionário.

Hoje, quem sobe a extensa *via sacra* de três quilômetros de comprimento, em que se erigem, a espaços, vinte e cinco capelas de alvenaria, encerrando painéis dos *passos*, avalia a constância e a tenacidade do esforço despendido. Amparada por muros capeados; calçada, em certos trechos; tendo, noutros, como leito, a rocha viva talhada em degraus, ou rampeada, aquela estrada branca, de quartzito, onde ressoam, há cem anos, as litâneas das procissões da quaresma e têm passado legiões de penitentes, é um prodígio de engenharia rude e audaciosa. Começa investindo com a montanha, segundo a normal de máximo declive, em rampa de cerca de vinte graus. Na quarta ou quinta capelinha inflete à esquerda e progride menos íngreme. Adiante, a partir da capela maior -ermida interessantíssima erecta num ressalto da pedra a cavaleiro do abismo- volta à direita, diminuindo de declive até à linha de cumeadas. Segue por esta segundo uma selada breve. Depois se alteia, de improviso, retilínea, em ladeira forte, arremetendo com o vértice pontiagudo do monte, até ao *Calvário*, no alto!

À medida que ascende, ofegante, estacionando nos *passos*, o observador depara perspectivas que seguem num crescendo de grandezas soberanas: primeiro os planos das chapadas e tabuleiros, esbatidos embaixo em planícies vastas; depois as serranias remotas, agrupadas, longe, em todos os quadrantes; e, atingindo o alto, o olhar a cavaleiro das serras -o espaço indefinido, a emoção estranha de altura imensa, realçada pelo aspecto da pequena vila, embaixo, mal percebida na confusão caótica dos telhados.

E quando, pela *Semana Santa*, convergem ali as famílias da redondeza e passam os crentes pelos mesmos flancos em que vaguearam outrora, inquietos de ambição, os aventureiros ambiciosos, vê-se que Apolônio de Todí, mais hábil que o Muribeca, decifrou o segredo das grandes letras de pedra, descobrindo o *eldorado* maravilhoso, a mina opulentíssima oculta no deserto... (CUNHA, s.d., p. 114).

Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo

É natural que estas camadas profundas da nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária -Antônio Conselheiro...

A imagem é corretíssima.

Da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do

meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares da sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto o infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a história como poderia ter ido para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. Apareceu como integração de caracteres diferenciais -vagos, indecisos, mal percebidos quando dispersos na multidão, mas enérgicos e definidos, quando resumidos numa individualidade.

Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensavam no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria receptividade mórbida do espírito torturado de reveses, e elas refluíram, depois, mais fortemente, sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo da sua consciência delirante.

É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade...

Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanhá-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos.

Considerando em torno, o falso apóstolo, que o próprio excesso de subjetivismo predisusera à revolta contra a ordem natural, como que observou a fórmula do próprio delírio. Não era um incompreendido. A multidão aclamava-o representante natural das suas aspirações mais altas. Não foi, por isto, além. Não deslizou para a demência. No gravitar contínuo para o mínimo de uma curva, para o completo obscurecimento da razão, o meio reagindo por sua vez amparou-o, corrigindo-o, fazendo-o estabelecer encadeamento nunca destruído nas mais exageradas concepções, certa ordem no próprio desvario, coerência indestrutível em todos os atos e disciplina rara em todas as paixões, de sorte que ao atravessar, largos anos, nas práticas ascéticas, o sertão alvorotado, tinha na atitude, na palavra e no gesto, a tranqüilidade, a altitude e a resignação soberana de um apóstolo antigo.

Doente grave, só lhe pode ser aplicado o conceito da paranóia, de Tanzi e Riva.

Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de atavismo.

A constituição mórbida levando-o a interpretar caprichosamente as condições objetivas, e alterando-lhes as relações com o mundo exterior, traduz-se fundamentalmente como uma regressão ao estádio mental dos tipos ancestrais da espécie. (CUNHA, s.d., p.117).

Um gnóstico bronco

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo-ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro

caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, na fase persecutória ou de grandezas, o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização -um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos. Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro de nossa era, aspectos religiosos vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguesa.

Poderíamos apontá-los em cenário mais amplo. Bastava que volvêssemos aos primeiros dias da Igreja, quando o gnosticismo universal se erigia como transição obrigatória entre o paganismo e o cristianismo, na última fase do mundo romano em que, precedendo o assalto dos Bárbaros, a literatura latina do Ocidente declinou, de súbito, mal substituída pelos sofistas e letrados tacanhos de Bizâncio.

Com efeito, os montanistas da Frígia, os adamitas infames, os ofiôlatras, os maniqueus bifrontes entre o ideal cristão emergente e o budismo antigo, os discípulos de Marcos, os encratitas abstinentes e macerados de flagícios, todas as seitas em que se fracionava a religião nascente, com os seus doutores histéricos e exegeses hiperbólicas, forneceria hoje casos repugnantes de insânia. E foram normais. Acolchetaram-se bem a todas as tendências da época em que as extravagâncias de Alexandre Abnótico abalavam a Roma de Marco Aurélio, com as suas procissões fantásticas, os seus mistérios e os seus sacrifícios tremendos de leões lançados vivos ao Danúbio, com solenidades imponentes presididas pelo imperador filósofo... A história repete-se.

Antônio Conselheiro foi um gnóstico bronco.

Veremos mais longe a exaço do símile.(CUNHA, s. d. p., 118).

Grande homem pelo avesso

Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é, certo, um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou -incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde- no meio em que agiu.

Ao contrário, este fortaleceu-o. Era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além. Era o servo jungido à tarefa dura; e lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível.

A sua frágil consciência oscilava em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não se poder traçar entre o bom senso e a insânia.

Parou aí indefinidamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e

aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundido o segundo pelas almas todas que em torno se congregavam, se normalizaram. (CUNHA, s. d. , p.119).

Como se faz um monstro

...E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...

É desconhecida a sua existência durante tão largo período. Um velho caboclo, preso em Canudos nos últimos dias da campanha, disse-me algo a respeito, mas vagamente, sem precisar datas, sem pormenores característicos. Conhecera-o nos sertões de Pernambuco, um ou dois anos depois da partida do Crato. Das palavras desta testemunha, concluí que Antônio Maciel, ainda moço, já impressionava vivamente a imaginação dos sertanejos. Aparecia por aqueles lugares em destino fixo, errante. Nada referia sobre o passado. Praticava em frases breves e raros monossílabos. Andava sem rumo certo, de um pouso para outro, indiferente à vida e aos perigos, alimentando-se mal e ocasionalmente, dormindo ao relento à beira dos caminhos, numa penitência demorada e rude...

Tornou-se logo alguma cousa de fantástico ou *mal-assombrado* para aquelas gentes simples. Ao abeirar-se das rancharias dos tropeiros aquele velho singular, de pouco mais de trinta anos, fazia que cessassem os improvisos e as violas festivas.

Era natural. Ele surdia -esquálido e macerado- dentro do hábito escorrido, sem relevos, mudo, como uma sombra, das chapadas povoadas de duendes... Passava, buscando outros lugares, deixando absortos os matutos supersticiosos.

Dominava-os por fim, sem o querer.

No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das *santas missões* malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. Todas as conjecturas ou lendas que para logo o circundaram fizeram o ambiente propício ao germinar do próprio desvario. A sua insânia estava, ali, exteriorizada. Espelhavam-lha a admiração intensa e o respeito absoluto que o tornaram em pouco tempo árbitro incondicional de todas as divergências ou brigas, conselheiro predileto em todas as decisões. A multidão poupava-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo, o esforço dessas interrogativas angustiosas e dessa intuspecção delirante, entre os quais evolve a loucura nos cérebros abalados. Remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe, desmesuradamente, a vida, lançando-lhe dentro os erros de dois mil anos.

Precisava de alguém que lhe traduzisse a idealização indefinida, e a guiasse nas trilhas misteriosas para os céus...

O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato.

Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo de três raças.

E cresceu tanto que se projetou na História... (CUNHA, s.d., p. 126)

Preceitos de montanista

É um dissidente do molde exato de Themison. Insurge-se contra a Igreja romana, e vibra-lhe objurgatórias, estadeando o mesmo argumento que aquele: ela perdeu a sua glória e obedece a Satanás. Esboça uma moral que é a tradução justalinear da de Montano: a castidade exagerada ao máximo horror pela mulher, contrastando com a licença absoluta para o amor livre, atingindo quase à extinção do casamento.

O frígio pregava-a, talvez como o cearense, pelos ressaibos remanescentes das desditas conjugais. Ambos proibem severamente que as moças se ataviem; bramam contra as vestes realçadoras; insistem do mesmo modo, especialmente, sobre o luxo dos toucados; e -o que é singularíssimo-cominam, ambos, o mesmo castigo a este pecado: o demônio dos cabelos, punindo as vaidosas com dilaceradores pentes de espinho.

A beleza era-lhes a face tentadora de Satã. O Conselheiro extremou-se mesmo no mostrar por ela invencível horror. Nunca mais olhou para uma mulher. Falava de costas, mesmo às beatas velhas, feitas para amansarem sátiros. (CUNHA, s. d., p. 132).

Profecias

Ora, esta identidade avulta, mais frisante, quando se comparam com as do passado as concepções absurdas do esmaniado apóstolo sertanejo. Como os montanistas, ele surgia no epílogo na Terra... O mesmo milenarismo extravagante, o mesmo pavor do anticristo despontando na derrocada universal da vida. O fim do mundo próximo...

Que os fiéis abandonassem todos os haveres, tudo quanto os maculasse com um leve traço da vaidade. Todas as fortunas estavam a pique da catástrofe iminente e fora temeridade inútil conservá-las.

Que abdicassem as venturas mais fugazes e fizessem da vida um purgatório duro; e não a manchassem nunca com o sacrilégio de um sorriso. O Juízo Final aproximava-se, inflexível.

Prenunciavam-se anos sucessivos de desgraças:

«... Em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão; então o certão virará praia e a praia virará certão.

Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho.

Em 1898 haverá muitos chapéos e poucas cabeças.

Em 1899 ficarão as águas em sangue e o planeta hade aparecer no nascente com o raio do sol que o ramo se confrontará na terra e a terra em algum lugar se confrontará no céu...

Hade chover uma grande chuva de estrelas e ahi será o fim do mundo. Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fóra deste aprisco e é preciso que se reunam porque há um só pastor e um só rebanho!»

Como os antigos, o predestinado atingia a terra pela vontade divina. Fora o próprio Cristo que pressagiara a sua vinda quando

«na hora nona, descansando no monte das Oliveiras um dos seus apóstolos perguntou: Senhor! para o fim desta idade que signaes vós deixaes? Elle respondeu: muitos signaes na Lua, no Sol e nas Estrellas. Hade aparecer um Anjo mandado por meu pae terno, pregando sermão pelas portas, fazendo povoações nos desertos, fazendo egrejas e capellinhas e dando seus conselhos...».

E no meio desse extravar adouado, rompendo dentre o messianismo religioso, o messianismo da raça levando-o à insurreição contra a forma republicana:

«Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brazil com o Brazil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prussia com a Prussia, das ondas do mar D. Sebastião sahirá com todo o seu exercito.

Desde o principio do mundo que encantou com todo seu exercito e o restituiu em guerra.

E quando encantou-se afincou a espada na pedra, ella foi até os corpos e elle disse:

Adeus mundo!

Até mil e tantos a dois mil não chegarás!

Neste dia quando sahir com o seu exercito tira a todos no fio da espada deste papel da Republica. O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue hade ir até a junta grossa...» (CUNHA, s. d., p. 132)

Um heresiarca do século II em plena idade moderna

O profetismo tinha, como se vê, na sua boca, o mesmo tom com que despontou na Frígia, avançando para o Ocidente. Anunciava, idêntico, o juízo de Deus, a desgraça dos poderosos, o esmagamento do mundo profano, o reino de mil anos e suas delícias.

Não haverá, com efeito, nisto, um traço superior do judaísmo?

Não há encobri-lo. Ademais este voltar-se à idade de ouro dos apóstolos e sibilistas, revivendo vetustas ilusões, não é uma novidade. É o permanente refluxo do cristianismo para o seu berço judaico. Montano reproduz-se em toda a história, mais ou menos alterado consoante o caráter dos povos, mas delatando, na mesma rebeldia contra a hierarquia eclesiástica, na mesma exploração do sobrenatural, e no mesmo ansiar pelos céus, a feição primitivamente sonhadora da velha religião, antes que a deformassem os sofistas canonizados dos concílios.

A exemplo de seus comparsas do passado, Antônio Conselheiro era um pietista ansiando pelo reino de Deus, prometido, delongado sempre e ao cabo de todo esquecido pela Igreja ortodoxa do século II.

Abeirara-se apenas do catolicismo mal compreendido.

O *Conselheiro* continuou sem tropeços na missão perversa, avultando na imaginação popular.

Apareciam as primeiras lendas.

Não as arquivaremos todas.

Fundou o arraial do Bom Jesus; e contam as gentes assombradas que em certa ocasião, quando se construía a belíssima igreja que lá está, esforçando-se debalde dez operários por erguerem pesado baldrame, o predestinado trepou sobre o madeiro e ordenou, em seguida, que dous homens apenas o levantassem; e o que não haviam conseguido tantos, realizaram os dous, rapidamente, sem esforço algum...

Outra vez -ouvi o estranho caso a pessoas que se não haviam deixado fanatizar!- chegou a Monte Santo e determinou que se fizesse uma procissão pela montanha acima, até a última capela, no alto. Iniciou-se à tarde a cerimônia. A multidão derivou, lenta, pela encosta clivosa, entoando benditos, estacionando nos passos, contrita. Ele seguia na frente -grave e sinistro- descoberto, agitada pela ventania forte a cabeleira longa, arrimando-se ao bordão inseparável. Desceu a noite. Acenderam-se as tochas dos penitentes, e a procissão, estendida na linha de cumeadas, traçou uma estrada luminosa no dorso da montanha...

Ao chegar à Santa Cruz, no alto, Antônio Conselheiro, ofegante, senta-se no primeiro degrau da tosca escada de pedra, e queda-se estático, contemplando os céus, o olhar imerso nas estrelas...

A primeira onda de fiéis enche logo o âmbito restrito da capela, enquanto outros permanecem fora ajoelhados sobre a rocha aspérrima.

O contemplativo, então, levanta-se. Mal sofreia o cansaço. Entre alas respeitadas, penetra, por sua vez, na capela, pendida para o chão a cabeça, humílimo e abatido, arfando.

Ao abeirar-se do altar-mor, porém, ergue o rosto pálido, emoldurado pelos cabelos em desalinho. E a multidão estremece toda, assombrada... Duas lágrimas sangrentas rolam, vagarosamente, no rosto imaculado da Virgem Santíssima...

Estas e outras lendas são ainda correntes no sertão. É natural. Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelista incomparável.

De feito, amortecia-lhe a nevrose inexplicável placidez.

Certo dia o vigário de uma freguesia sertaneja vê chegar à sua porta um homem extremamente magro e sucumbido: longos cabelos despenteados pelos ombros, longas barbas descendo pelo peito; uma velha figura de peregrino a que não faltavam o crucifixo tradicional, suspenso a um lado entre as camândulas da cintura, e o manto poento e gasto, e a borracha d'água, e o bordão comprido...

Dá-lhe o pároco com que se alimente, aceita um pedaço de pão apenas; oferece-lhe um leite, prefere uma tábua sobre que se deita sem cobertas, vestido, sem mesmo desatacar as sandálias.

No outro dia o singularíssimo hóspede, que poucas palavras até então pronunciara, pede ao padre lhe conceda pregar por ocasião da festa que ia realizar-se na igreja.

-Irmão, não tendes ordens; a Igreja não permite que pregueis.

-Deixai-me, então, fazer a *via sacra*.

-Também não posso, vou eu fazê-la, contraveio mais uma vez o sacerdote.

O peregrino, então, encarou-o fito por algum tempo, e sem dizer palavra tirou de sob a túnica um lenço. Sacudiu o pó das alpercatas. E partiu.

Era o clássico protesto inofensivo e tranqüilo dos apóstolos... (CUNHA, s.d., p 133).

REFERÊNCIAS

1. Do *Corpus*:

CUNHA, Euclides da. *Os sertões - Campanha de Canudos*. S.e. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. (Organização de Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

Galvão, Walnice Nogueira. *Os sertões - Campanha de Canudos*. Texto integral. (Edição crítica). São Paulo: Editora Ática, 1985.

2. Gerais:

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). *Canudos: Palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AMADO, Janaína. *Região, sertão, nação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, n15, 1995, p.145-151.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

_____. O sertão como forma de pensamento. In: ANDRADE, A.L.; CAMARGO, M.L.de B.; ANTELO, R. (Org.). *Leituras do ciclo*. Florianópolis: ABRALIC; Chapecó: Grifos, 1999, p. 255-266.

BRAIT, Beth. (Org.). *O sertão e os Sertões*. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

CAMBEIRO, Délia. *A figura literária do soter em Os sertões*. Revista *O Eixo e a Roda* do Programa de Estudos Literários e Pós-literários da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, v.8, p. 55-64, jul/ 2002.

CANTU, Cesare. *História universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1946.

CARVALHAL, Tânia Franco. *O próprio e o alheio – Ensaio de literatura comparada*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CARVALHO, José. *A Formação das almas no imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia da letras, 1990.

CORRÊA, Nereu. *A tapeçaria lingüística de Os Sertões e outros estudos*. São Paulo: Quíron. Brasília: INL, 1978.

CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. (Organização de Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. S.e. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: edição crítica*. (Walnice Nogueira Galvão). São Paulo: Brasiliense, 1985.

DANTAS, Paulo. *Antologia Euclidiana*. São Paulo: Pioneira, 1967.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

FARIA, João Roberto. Os sertões: um livro vingador. In: BRAIT, B. (Org.). *O sertão e os Sertões*. São Paulo: Arte e ciência, 1998, p. 19-33.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Cartas de Euclides no ano da guerra. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). *Canudos: Palavra de Deus, sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 103-115.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os Sertões*: edição crítica. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAHAM, Robert B. Cunninghame. *Um Místico brasileiro*: vida e milagres de Antônio Conselheiro. São Paulo: Sá Editora e Editora da UNESP, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HATTNER, Álvaro Luiz. *Literatura e estudos culturais*. in BONNICI, Thomas. (Org.). *Teorias literárias*: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: UEMS, 2003

JOBIM, José Luis. Narrativa e História. In: _____. *Formas da teoria*: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2002, p. 149-161.

LACERDA, Rodrigo. *Sobrevoando Canudos*. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). *Canudos: Palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 11-17.

LIMA, Nísia Trindade. A sociologia desconcertante de Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha*: releituras e diálogos. São Paulo: UNESP, 2002.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte*: uma história da Guerra de Canudos. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MONTEIRO, Duglas T. Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, tomo 3, v.2.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Antônio Conselheiro*, Fortaleza: [s.editora.], 1954.

NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Vontade de potência*. S.e. São Paulo: Escala, s.d. V. 1.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

PRIORE, Mary Del. *Religião e religiosidade no Brasil Colonial*. São Paulo. Ática, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *D. Sebastião no Brasil: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais*. São Paulo: *Revista da USP*, n. 20, dez./jan./fev. 1993-1994.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. Tradução de Rúbia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, José Maria de Oliveira. *Guerra de Canudos: as prédicas em debate*. Revista do programa de estudos pós-graduados em história do departamento de história da pontifícia universidade católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 30, p. 265-276, jun.2005.

SILVA, Rogério Souza. *Antonio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982.

SOUZA, Eneida Maria de. Crítica cultural em ritmo latino. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (Org.). *Literatura /Política / Cultura: (1994-2004)*. Belo Horizonte: Editora UFGD, 2005. p.239-251.

_____. *Tempo de pós-crítica: ensaios*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007, p. 143-157. (Coleção Obras em Dobras).

THEODORO, Janice. Canudos cem anos depois. ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). *Canudos: Palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p. 119-133.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os Sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.



EUCLIDES DA CUNHA

CORPO DE ANTÔNIO CONSELHEIRO



Foto: Flávio de Barros

